

RELATÓRIO E CONTAS

2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

Concessão de Água e Saneamento do Concelho de Santa Maria da Feira

I.	INTRODUÇÃO	1
a.	A Concessão	1
b.	Atividades desenvolvidas em 2018	3
II.	ATIVIDADE	5
a.	Serviço de Abastecimento de Água	5
i.	Consumos de Água faturados	6
ii.	Balanço da Água	7
iii.	Qualidade da Água	9
b.	Serviço de Saneamento	10
i.	Balanço do Saneamento	10
ii.	Qualidade da água residual	12
c.	Intervenções operacionais	13
d.	Serviço ao cliente	14
e.	Faturação e Cobrança	14
f.	Eficiência energética	16
g.	Resíduos recolhidos	16
III.	INVESTIMENTO	17
IV.	RECURSOS HUMANOS	19
V.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	21
VI.	PERSPETIVAS E OBJETIVOS	23
VII.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	24
VIII.	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	24
IX.	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018	26
X.	BALANÇO	27
XI.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	28
XII.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	29
XIII.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	30
XIV.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
XV.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	67
XVI.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	68

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral:

Presidente da Mesa: Moran Adhout,

Secretário da Mesa: Raquel Guimarães Correia Pinto Menezes.

Conselho de Administração:

Presidente - José Enrique Castiblanques Tena,

Vogal – Pedro Emanuel Reis Perdigão,

Vogal – Vítor Manuel Almeida Damas.

Fiscal Único:

Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por António Manuel Martins Amaral;

Suplente: Paulo Alexandre Rocha Silva Gaspar.

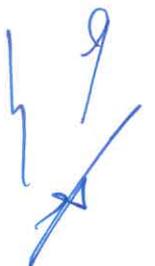


INDAQUA FEIRA – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.

CAE: 36002 – Distribuição de Água

SENHORES ACIONISTAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias da empresa, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas da INDAQUA Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



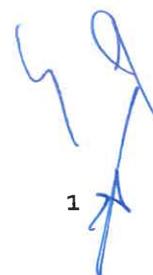
I. INTRODUÇÃO

a. A Concessão

A INDAQUA Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., foi constituída em 12 de março de 1999, tendo por objeto o exercício em regime de concessão, as atividades de indústria e prestação de serviços relativos à exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Santa Maria da Feira, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que integram os sistemas concessionados, bem como a realização de todas as obras necessárias à execução do Plano de Investimentos, no âmbito da concessão, e que consta em anexo ao Contrato de Concessão, assinado a 3 de dezembro de 1999 e aditado a 26 de junho de 2015.

Tendo como objetivo servir a totalidade do Concelho, com uma população de cerca de 136.000 habitantes à data da assinatura do Contrato e que no final do presente exercício já atinge cerca de 140.000 habitantes, o Contrato de Concessão previa a realização de um Plano de Investimentos, orçado em mais de 100 milhões de Euros (a preços de 1997), em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento, com conceção e construção da responsabilidade da INDAQUA Feira. Este Plano de Investimentos prevê o cumprimento de metas ambiciosas, exigindo um acentuado esforço de coordenação e racionalização dos meios, que permite garantir a concretização dos objetivos de atendimento fixados no PDR 2000-2006 e reiterados no PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2000-2006). Para além da realização de infraestruturas em todo o Concelho, a INDAQUA Feira inclui ainda nas suas obrigações contratuais, um significativo investimento na capacidade organizativa e operacional dos serviços públicos, com evidente repercussão na melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.

A Concessão teve início a 1 de janeiro de 2000 pelo prazo de 35 anos, contabilizando-se na altura cerca de 12.800 clientes do serviço de abastecimento de água.



1

A construção das redes de abastecimento de água iniciou-se com o arranque da Concessão em janeiro de 2000. Até final de 2003 foram construídos cerca de 520 km de rede e respetivos ramais domiciliários, assegurando-se uma cobertura a cerca de 87% da população do Concelho.

Em agosto de 2003, ocorreu um “draw-stop” do financiamento da Concessão, motivado pelo atraso no cumprimento por parte do Concedente na realização do Programa de Investimentos Municipal, nomeadamente no que se refere à construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais, Emissários e Reservatórios, ficando assim suspenso o investimento na construção de novas infraestruturas por parte da INDAQUA Feira.

Como corolário de um longo processo negocial iniciado em maio de 2004 entre a INDAQUA Feira, a Câmara Municipal e a SIMRIA, sobre a égide da ERSAR (ex-IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos), em 12 de dezembro de 2006 foi assinado o Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão, materializando uma solução global que viabilizava a Concessão Municipal, aumentando o prazo da Concessão para 50 anos e incorporando um novo Caso Base.

Em maio de 2007 foi reiniciado o investimento em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento. No final de 2009 estava concluído todo o investimento em redes de abastecimento de água e cerca de 55% do investimento previsto em redes de saneamento em baixa.

Em fevereiro de 2010 foi assinado o Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão, que altera algumas das responsabilidades no que respeita à execução dos investimentos em redes de saneamento em baixa. Assim, a INDAQUA Feira passou a ser responsável pela execução das obras de saneamento em baixa das bacias do Douro, ao abrigo da candidatura aos fundos do QREN, geridos pelo POVT (Programa Operacional Temático Valorização do Território, Eixo II), cujo término ocorreu em agosto de 2014, enquanto o Concedente pela execução das obras de saneamento em baixa das bacias da Laje e do Cáster, tendo estas últimas terminado em 2015. Assim, genericamente o Plano de Investimentos está concluído.

No 3.º aditamento ficou definido que até final de junho de 2012 deveria ser celebrado o 4º Aditamento ao Contrato de Concessão, no sentido de adequar o Contrato às alterações decorrentes do Decreto-

lei n.º 194/2009 de 20 de agosto e de considerar no caso Base o real valor das obras das bacias do Douro, além de todos os outros eventos e seus efeitos, passíveis de serem incorporados no reequilíbrio económico e financeiro da Concessão. Desta forma, após vários anos de negociação, o 4.º aditamento foi assinado no dia 25 de junho de 2015, tendo entrado em vigor a 3 de setembro de 2015 após a pronúncia do Tribunal de Contas.

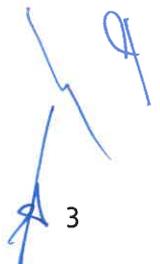
Como nota introdutória do presente Relatório, importa ainda sinalizar a implementação, no período, de um sistema de gestão integrado que consolida toda a informação produzida nas diversas aplicações utilizadas pela INDAQUA Feira. Tal implementação exigiu a revisão e uniformização, no Grupo INDAQUA, de um conjunto alargado de critérios de classificação e reporte, que originaram alterações a valores de histórico (não financeiros) anteriormente considerados. São, por este motivo, justificadas as diferenças, geralmente pequenas, que possam ser identificadas na comparação dos valores reportados no presente documento e nos anteriores relatórios de gestão e contas da INDAQUA Feira.

b. Atividades desenvolvidas em 2019

Ao longo do ano de 2019, a prestação de um serviço público com o principal propósito de se atingir uma qualidade sempre crescente, sustentada em adequados procedimentos, com consequente aumento da satisfação dos clientes, continuou a ser uma preocupação dominante, tendo sempre presente a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

A atividade da INDAQUA Feira decorreu em conformidade com a estratégia definida para a sua consolidação e para o seu crescimento sustentado, baseada em medidas direcionadas para a atração de novos clientes, otimização dos recursos e procedimentos e para a melhoria em geral dos resultados.

Tendo em consideração o ainda razoável potencial de clientes não ligados aos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, a adesão de novos clientes continuou a ser uma das preocupações dominantes, alicerçada nas disposições legais de obrigatoriedade de ligação.



3

De acordo com o programa de verificação da qualidade da água aprovado pela ERSAR, a água distribuída ao longo de todo o ano foi de excelente qualidade, cumprindo as exigências definidas no respetivo Decreto-Lei, não se verificando qualquer inconformidade.

Como as grandes obras constantes no Plano de Investimentos já se encontram concluídas, ao longo do presente exercício registaram-se apenas pequenos investimentos associados a extensões de rede, novos ramais e repavimentações.

Para além do já referido, durante o ano de 2019 a INDAQUA Feira elegeu como prioritárias as seguintes atividades:

- Incremento das ações relativas à ligação de novos utentes de água e saneamento;
- Realização de inspeções prediais com o objetivo de separar as redes pluviais das redes de águas residuais, bem como garantir a inexistência de intercomunicabilidade entre as redes de soluções privativas e a rede pública;
- Cumprimento dos Planos de redução de perdas (rede de abastecimento de água) e de aflúncias indevidas (rede de drenagem de águas residuais);
- Otimização do Sistema de Informação Geográfica;
- Campanhas de deteção de fugas;
- Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Implementação de ferramentas informáticas específicas para o controlo das redes em tempo real;
- Campanhas de divulgação da fatura eletrónica como meio opcional para os nossos clientes;
- Otimização do Programa de Gestão Operacional;

Será ainda de salientar a distinção efetuada pela ERSAR no que respeita aos selos e prémios de qualidade de serviço. Em 2019, a INDAQUA Feira foi a entidade gestora mais galardoada a nível nacional, tendo obtido o "Prémio de excelência do serviço de saneamento de águas residuais urbanas", o "Selo de qualidade em abastecimento público de água", o "Selo de qualidade em saneamento de águas residuais urbanas" e o "Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano".



O reconhecimento da ERSAR é o resultado do compromisso da INDAQUA na prestação de um serviço diferenciado à população de Santa Maria da Feira, que traduz o nosso investimento, know how e competência técnicos ao nível dos melhores do mundo.

II. ATIVIDADE

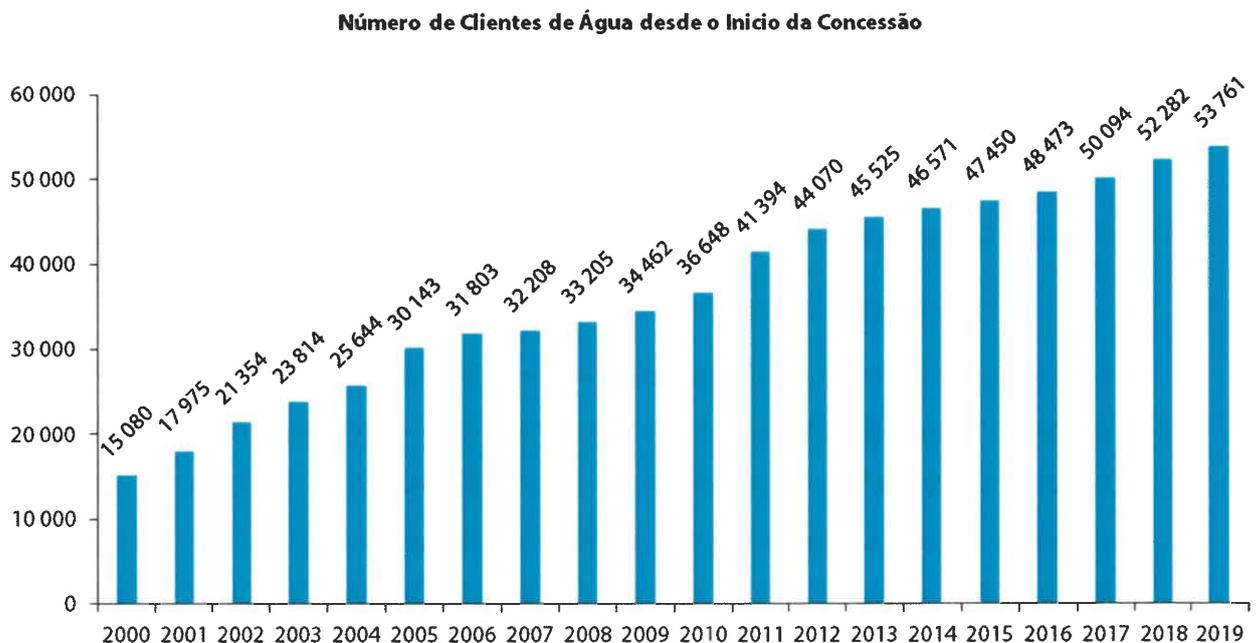
a. Serviço de Abastecimento de Água

A INDAQUA Feira tem atualmente sob a sua gestão 1.140 km de rede de abastecimento de água.

Durante todo o exercício de 2019 verificou-se uma razoável adesão ao sistema de abastecimento de água, fruto da continuada campanha de sensibilização relativa à obrigatoriedade legal de ligação.

O número de clientes ativos cresceu de 52.282 para 53.761, o que corresponde a um aumento líquido de 1.479 clientes, ou seja, um crescimento de cerca de 2,8%, que corresponde a uma média de 123 novos clientes ativos por mês.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução do número de consumidores de água desde o início da concessão:



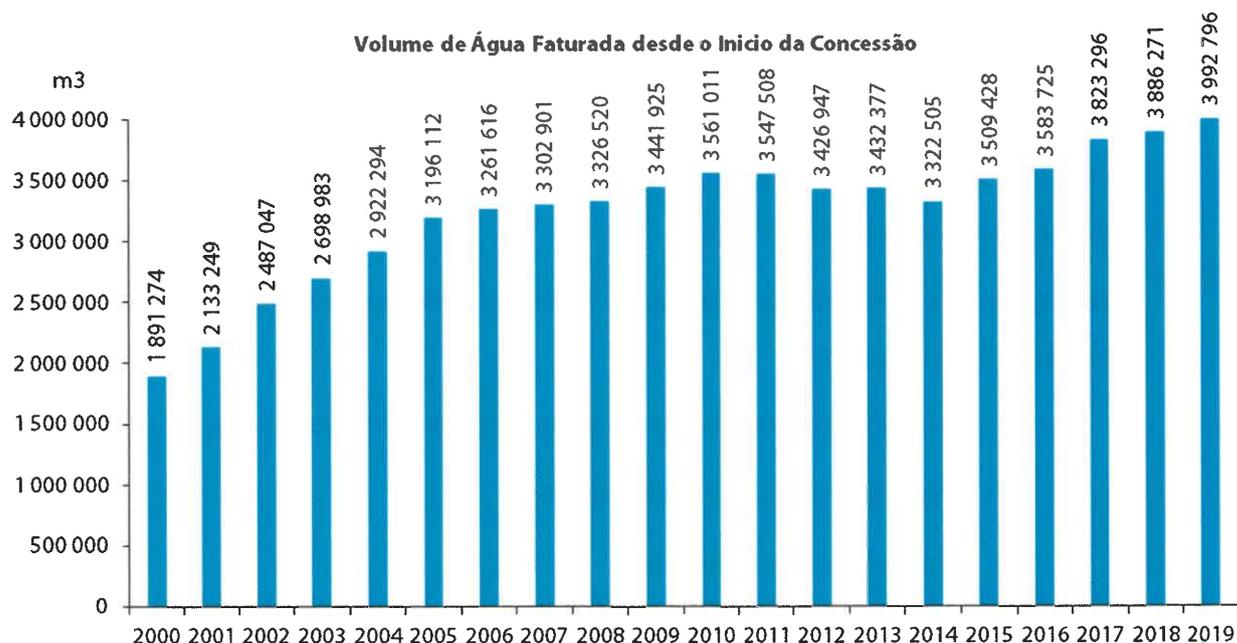
i. Consumos de Água faturados

No quadro seguinte podemos observar a evolução dos consumos de água faturados nos dois últimos anos, por tipo de consumidor e por escalão de consumo:

CONSUMOS DE ÁGUA FATURADOS	2019		2018		Varição
	m3	%	m3	%	%
AA - Água faturada doméstica	2 954 273	73,99%	2 890 149	74,37%	2,22%
Água Fat. Comércio	378 581	9,48%	383 474	9,87%	-1,28%
Água Fat. Indústria	212 790	5,33%	198 288	5,10%	7,31%
Água Fat. Estado/Administração	33 128	0,83%	30 147	0,78%	9,89%
Água Fat. Autarquias/Administração Local	95 733	2,40%	83 048	2,14%	15,27%
Água Fat. - Instituições	226 380	5,67%	204 949	5,27%	10,46%
Água Fat. Lig. Provisória	57 759	1,45%	61 688	1,59%	-6,37%
Água Fat. - Água avulso	4 562	0,11%	9 573	0,25%	-52,35%
Água Fat. Consumos Próprios	29 590	0,74%	24 955	0,64%	18,57%
Água Faturada	3 992 796	100%	3 886 271	100%	2,74%

Foram vendidos 3.992.796 m³ de água, a que corresponde um aumento de cerca de 2,74% relativamente ao ano de 2018.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos volumes de água faturada desde o início da concessão:



Verifica-se um crescimento acentuado da água vendida nos primeiros anos da Concessão e, apesar do forte crescimento do número de clientes especialmente a partir de 2010, verificou-se até ao ano de 2016 uma tendência de estabilização da água faturada, fruto da redução da capitação média.

Entretanto, devido às condições climatéricas e ao aumento do número de clientes, constatou-se que 2019 foi o ano com maior água faturada de sempre.

ii. Balanço da Água

O quadro que se segue relaciona o consumo de água faturada com a água adquirida, evidenciando o nível de água não faturada:

BALANÇO DA ÁGUA	2019	2018	Variação	
	m3	m3	m3	%
Água Faturada	3 992 796	3 886 271	106 525	2,74%
Água faturada doméstica	2 954 273	2 890 149	64 124	2,22%
Água faturada não doméstica	1 038 523	996 122	42 401	4,26%
Água entrada no sistema	4 885 448	4 771 021	114 426	2,40%
Água captada	0	0	0	0,00%
Água comprada	4 885 448	4 771 021	114 426	2,40%
AA - Água não Faturada	892 652	884 750	7 902	0,89%
Água não Faturada (%)	18,27%	18,54%		-1,47%
Água Não Faturada por extensão de rede (m3/km/ano)	783	785	2	-0,24%

A água entrada nos sistemas de abastecimento de água foi de 4.885.458 m³, correspondendo à água comprada às Águas do Douro e Paiva, o que equivale a um aumento de 2,4% relativamente ao ano anterior.

Em 2019, a água não faturada foi de 18,3%, mantendo-se assim a tendência de redução das perdas que se vem afirmando desde 2011.

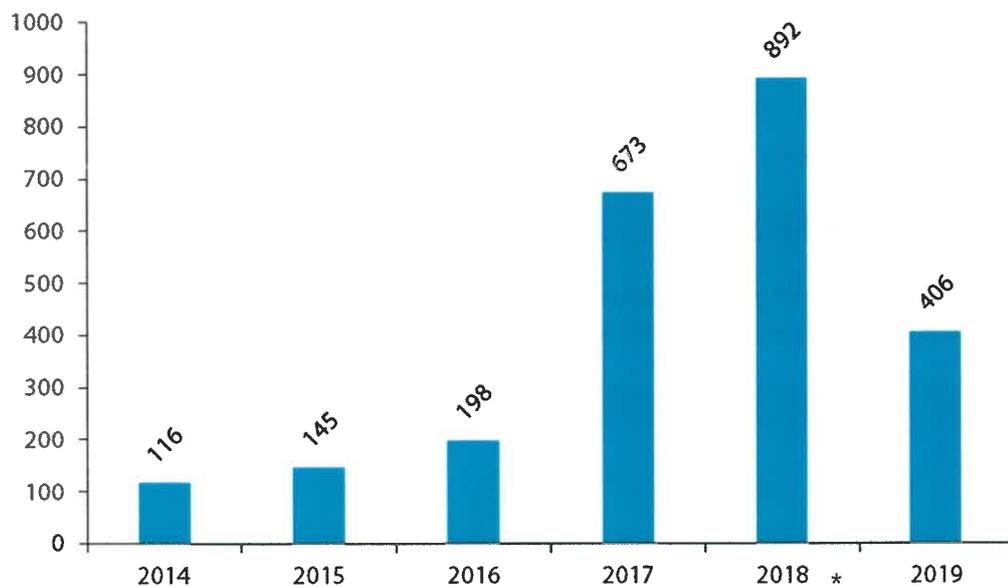
Para garantir a permanência deste valor, demos continuidade e reforçamos todo um conjunto de medidas, designadamente:

- Campanha de substituição de contadores com mais de 12 anos;
- Renovação de pontos críticos de rede;
- Maior eficácia das leituras;
- Implementação de ferramentas informáticas de controlo de redes;
- Modelação hidráulica da rede com vista à otimização das pressões;
- Monitorização de válvulas reductoras de pressão;
- Verificação dos contadores nas redes prediais de incêndio;

- Aferição dos contadores de entrada dos reservatórios;
- Campanhas de deteção de consumos ilícitos;
- Deteção e localização de fugas;
- Maior eficácia e rapidez na reparação de avarias;

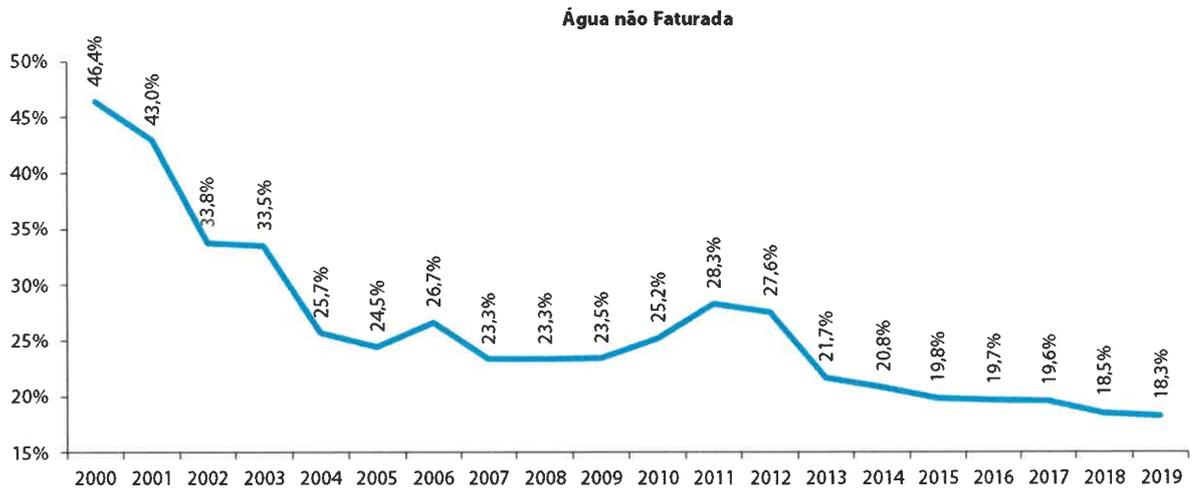
Conforme se pode verificar no gráfico seguinte, é notória a diminuição das anomalias detetadas na rede de abastecimento de água, fruto da diminuição das obras de pavimentação que decorreram intensamente por todo o Município durante o ano de 2018 e do trabalho desenvolvido na otimização das pressões na rede.

Pesquisa de Fugas - Total anomalias detetadas (AA)



* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da água não faturada desde o início da concessão, tendo-se atingido em 2019 o seu mínimo histórico.



iii. Qualidade da Água

O resumo das análises efetuadas no âmbito do controlo de qualidade da água, de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007, e dos respetivos resultados em incumprimento, encontra-se evidenciado no quadro que se segue:

QUALIDADE DA ÁGUA	2019	2018	Varição
AA - Conformidade de análises à água tratada	1 105	1 030	7,28%
AA - Análises realizadas à qualidade da água tratada	1 105	1 032	7,07%
Água Segura (%)	100,00%	99,81%	0,19%

A garantia da qualidade da água é uma das prioridades da Concessionária, tendo sido continuado um rigoroso controlo através da recolha sistemática de amostras de água, analisadas em laboratório acreditado, de acordo com o respetivo Programa de Controlo da Qualidade da Água previamente aprovado pela ERSAR.

Em 2019 não foram detetadas quaisquer situações de incumprimento., tendo-se obtido assim, face ao total de análises regulamentares realizadas, uma taxa de conformidade de 100%.

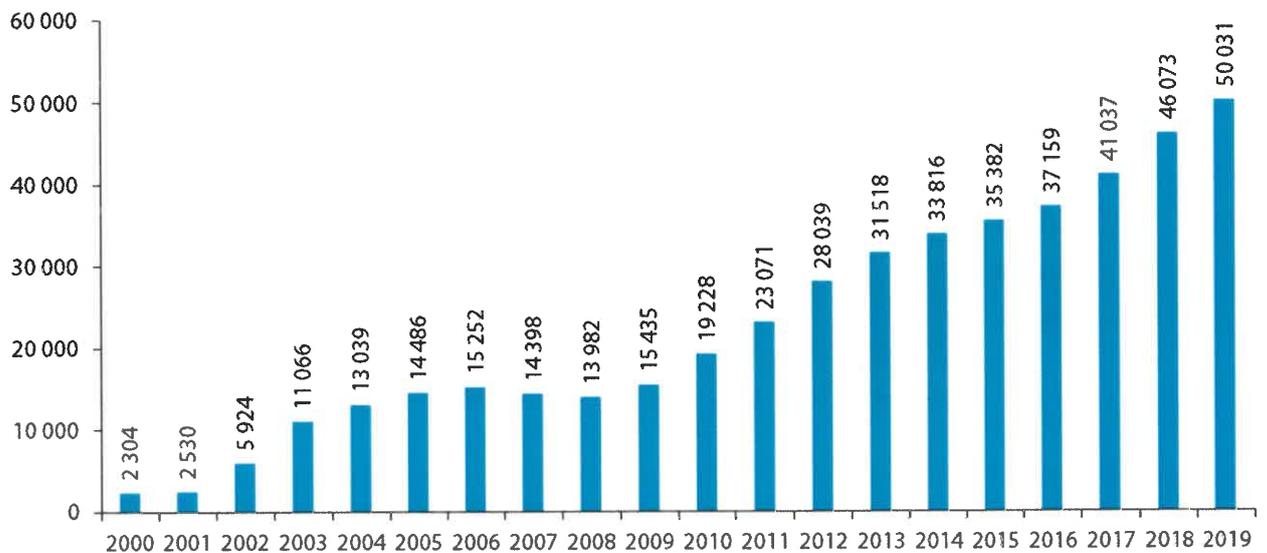
b. Serviço de Saneamento

No exercício de 2019, devido à campanha de obrigatoriedade legal de ligação das redes prediais às redes públicas, manteve-se uma acentuada adesão ao serviço de saneamento.

O número de clientes ativos de saneamento aumentou de 46.073 em 31 de dezembro de 2018 para 50.031 em 31 de dezembro de 2019, o que corresponde a um aumento de 3.958 clientes, ou seja, um crescimento de cerca de 8,6%, que corresponde a uma média de 329 novos clientes ativos por mês.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos utentes de saneamento desde o início da concessão:

Número de Utentes de Saneamento desde o Início da Concessão



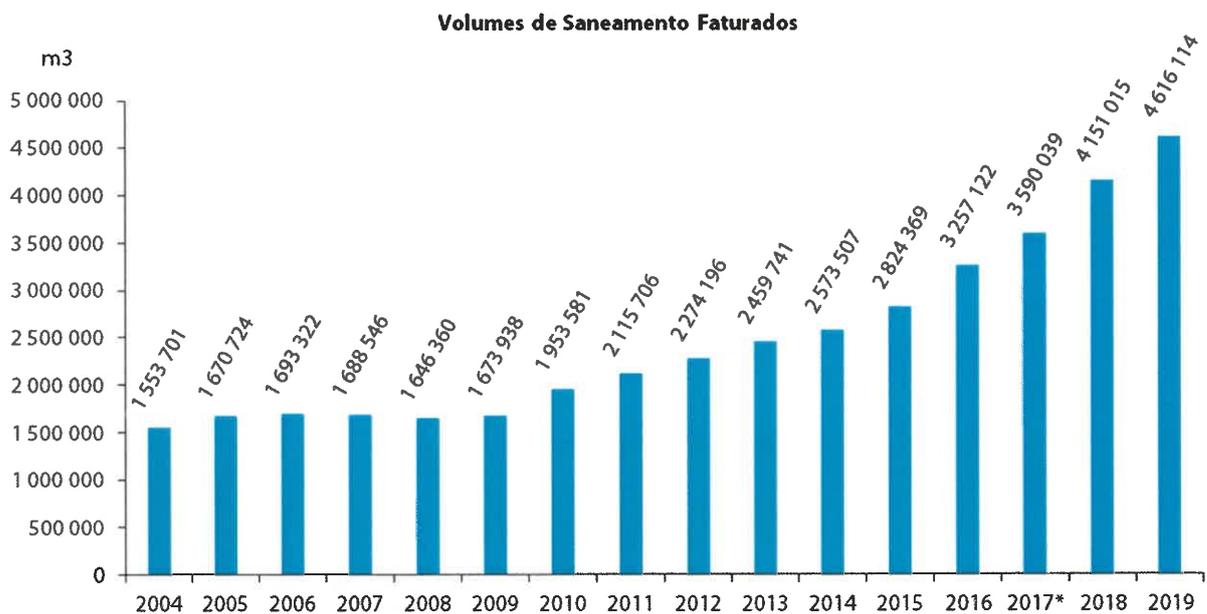
i. Balanço do Saneamento

No quadro seguinte podemos observar a evolução dos volumes de saneamento faturados nos dois últimos anos e verificar a percentagem de água residual não faturada e o respetivo índice de Afluências Indevidas:

BALANÇO DO SANEAMENTO	2019	2018	Variação	
	m3	m3	m3	%
Água Residual faturada	4 616 114	4 151 015	465 099	11,20%
Água Residual entregue para tratamento	7 766 201	7 621 940	144 261	1,89%
Volume Entregue Autorizado	4 618 395	4 153 591	464 804	11,19%
Afluências Indevidas	3 147 806	3 468 349	-320 544	-9,24%
Água Residual não Faturada (ARD) (%)	40,56%	45,54%		-10,93%
Afluências Indevidas Reais (mét. Simplex) por extensão da rede AR(m3/km/ano)	7 544	7 556	-12	-0,16%

Foram faturados 4.616.114 m³ de saneamento, o que corresponde a um aumento de 11,20% relativamente ao ano de 2018, aumento este motivado principalmente pelo acentuado aumento do n.º de clientes.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução dos volumes de saneamento faturados desde o início da concessão:



A água residual recolhida em 2019 foi de 7.766.211 m³, o que equivale a um aumento de 1,89% relativamente ao ano anterior. Este aumento foi relativamente baixo quando comparado com o aumento da água residual faturada devido à diminuição significativa das afluências indevidas.

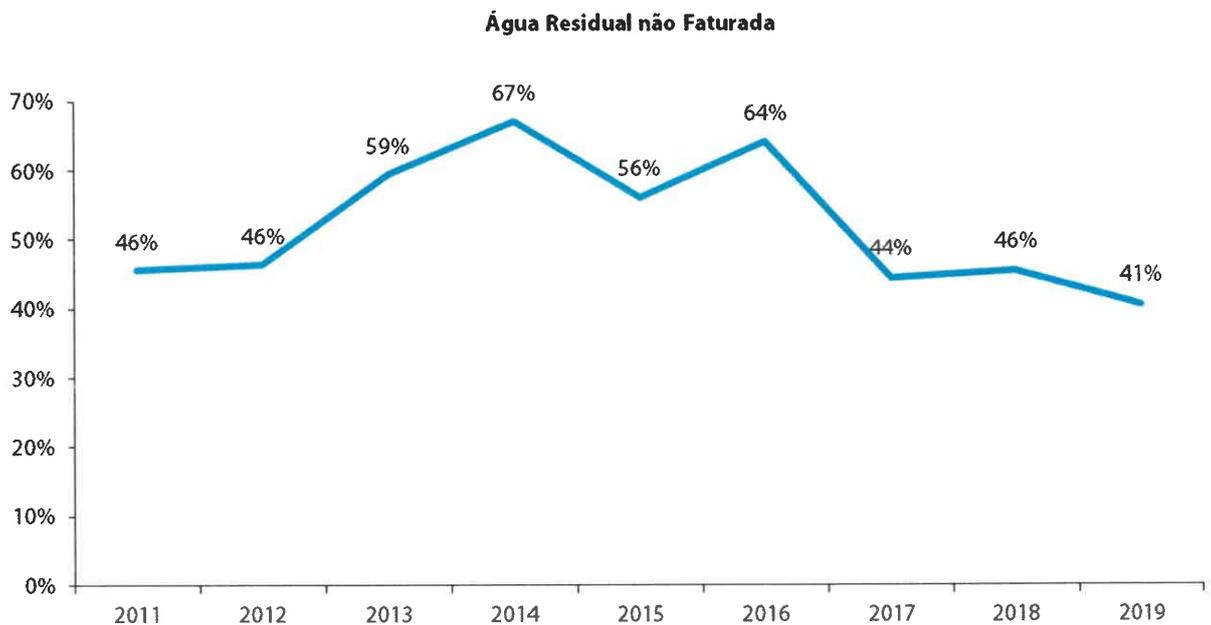
Em 2019, a água residual não faturada foi de 40,6%, mantendo-se assim a tendência, quando eliminado o fator precipitação, da estabilização das afluências indevidas.

De modo a promover a diminuição deste indicador, as principais atividades desenvolvidas nesta área foram direcionadas para a correta monitorização dos caudais drenados. Neste sentido, foram instalados vários equipamentos de medição de caudal/nível de águas residuais, o que permitiu criar e monitorizar de forma mais eficaz as Zonas de Medição e Controlo (ZMC).

Adicionalmente, foram implementadas ações de deteção de AI, com recurso a testes de fumo e inspeções visuais a caixas de visita e caixas ramal de ligação (CRL), que possibilitaram, posteriormente, efetivar as seguintes medidas de eliminação das AI:

- Reabilitação pontual de coletores, sem abertura de vala;
- Reabilitação de caixas de visita e CRL;
- Tamponamento/eliminação de ligações indevidas de águas pluviais ao sistema de saneamento;
- Vedação de tampas de saneamento.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução da água não faturada nos últimos anos:



ii. Qualidade da água residual

O resumo das análises efetuadas no âmbito do controlo de qualidade da água residual, de acordo com as licenças de descarga emitidas pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente para as 8 ETAR em exploração, encontra-se evidenciado no quadro que se segue:

QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL	2019	2018	Varição
Conformidade de análises regulamentares	1 867	1 881	-0,74%
Análises Realizadas à ARtratada	1 905	1 910	-0,26%
Qualidade da Água Residual Tratada (%)	98,01%	98,48%	-0,48%

Em 2019 foram detetadas algumas situações de incumprimento, motivadas pela existência de descargas de efluente de carácter industrial que destabilizaram o processo biológico de tratamento de algumas ETAR e pelas obras de manutenção previstas no plano de O&M das infraestruturas.

Face ao total de análises regulamentares realizadas, obteve-se uma taxa de conformidade de 98,01%.

c. Intervenções operacionais

O quadro que se segue resume as intervenções realizadas durante o ano de 2019:

INTERVENÇÕES OPERACIONAIS	2019	2018*	2019 Mensal			Variação
			Máximo	Mínimo	Média	%
Água						
Contadores de Água	9 206	8 828	-	-	767	4,28%
Contadores para Novos Clientes	2 700	2 944	302	84	225	-8,29%
Contadores para Clientes Substituídos	6 395	5 016	963	14	533	27,49%
Contadores de Clientes Retirados	53	789	11	1	4	-93,28%
Inspeções realizadas - Verificação de Contador	58	79	11	0	5	-26,58%
Abastecimento de Água	5 964	6 015	-	-	497	-0,85%
Número de Cortes Realizados	3 169	3 243	396	3	264	-2,28%
Número de Religações	2 795	2 772	344	62	233	0,83%
Ramais de Água	317	273	-	-	26	16,12%
Ramais AA - Novos/Ampliação	278	242	63	0	23	14,88%
Ramais AA - Remodelação	39	31	12	0	3	25,81%
Intervenções na Rede de Água	618	806	-	-	52	-23,33%
Roturas na rede AA	125	165	16	4	10	-24,24%
Roturas em ramais AA	437	563	54	21	36	-22,38%
Rebentamentos (Externo)	56	78	5	2	5	-28,21%
Saneamento						
Ramais de Saneamento	252	185	-	-	21	36,22%
Ramais ARD ou ARP - Ampliação	244	174	48	0	20	40,23%
Ramais ARD - Remodelação	8	11	2	0	1	-27,27%
Intervenções na Rede de Colectores	554	416	-	-	46	33,17%
AR- Obstruções em colectores	543	411	67	33	45	32,12%
AR- Colapsos estruturais em colectores	11	5	3	0	1	120,00%

* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

Como conclusões mais relevantes, destaca-se o aumento do n.º de ramais novos construídos, fruto do crescimento de novas habitações e dos novos clientes.



Verificou-se ainda uma diminuição significativa das avarias na rede de abastecimento de água, potenciada essencialmente pela otimização de pressões na rede e pela diminuição das obras de pavimentação por parte da Edilidade Local.

Em continuidade do exercício anterior, a desobstrução de coletores foi novamente assegurada pela AQUALEVEL, verificando-se um grande aumento no n.º de colapsos devido ao elevado número de episódios pontuais de precipitação intensa e a conseqüente entrada de águas pluviais nas águas residuais.

d. Serviço ao cliente

As reclamações apresentadas ao longo do exercício de 2019 encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS	2019	2018	Varição
Reclamações de Qualidade da Água (/1.000 Ramais)	0,36	0,19	88,35%
Reclamações de Falha no Abastecimento (/1.000 Ramais)	0,56	0,43	30,67%
Reclamações de Pressão (/1.000 Ramais)	0,40	0,43	-5,37%
Reclamações de Recolha de AR (/1.000 Ramais)	0,96	0,74	29,23%
Reclamações relativas à Faturação (/1.000 Clientes)	4,39	3,89	12,95%
Outros Motivos (/1.000 Clientes)	8,91	7,93	12,38%
Resposta a reclamações escritas (Geral) (10 dias úteis) - Acum. Ano	99,26%	98,98%	0,28%
Resposta a reclamações e sugestões (AA) - últ 12 meses	99,72%	100,00%	-0,28%
Resposta a reclamações e Sugestões (AR) - últ 12 meses	100,00%	100,00%	0,00%

Realça-se o facto de as reclamações apresentadas terem aumentado comparativamente com o ano anterior, fruto do elevado n.º de intervenções para a criação de subzonas de medição, da otimização de pressões na rede de abastecimento de água e da implementação da faturação eletrónica e bimestral quando solicitado pelo cliente.

e. Faturação e Cobrança

Em 2019 foi reforçada a campanha de divulgação da fatura eletrónica e bimestral, podendo os clientes da INDAQUA Feira optar por estas duas novas soluções. No quadro seguinte estão refletidas as respetivas taxas de adesão que continuam a aumentar significativamente no ano de 2019.



Faturação	2019	2018	Variação
Taxa de Adesão à Fatura Eletrónica (%)	25,3%	20,8%	21,63%
Taxa de Adesão à Fatura Bimestral (%)	26,8%	22,9%	17,12%

No que diz respeito aos ilícitos detetados, verificou-se um aumento significativo das ligações ilícitas de água nas derivações de ramal em relação a 2018, devido essencialmente ao reforço da campanha de videoscopia realizada nesta vertente. Relativamente aos restantes ilícitos, existiu uma diminuição devido à campanha de 2018 para as ligações ilícitas de águas residuais ter cada vez menos representatividade.

Ilícitos	2019	2018*	Variação
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita Tubo Funcional Nicho (c/ ou s/ adult de selo)	11	14	-21,43%
Ilícitos Detectados - Lig. Ilícita de AA - Derivação no Ramal ou Conduta	13	3	333,33%
Ilícitos Detectados - Adulteração/Roubo Contador/Selos	35	33	6,06%
Ilícitos Detectados - Violação de Corte (incluindo RAV)	78	107	-27,10%
Ilícitos Detectados - Ligação de AP à rede de ARD	60	135	-55,56%
Ilícitos Detectados - Ligação Ilícita à rede de AR	1 591	3 162	-49,68%
Ilícitos Detectados	1 788	3 454	-48%

* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

Relativamente à suspensão do fornecimento constatou-se um aumento dos avisos de corte enviados, registando-se uma diminuição da cobrança após a suspensão de serviço.

Suspensão Fornecimento	2019	2018	Variação
Avisos de Interrupção do Fornecimento	60 231	57 808	4,19%
Taxa de Emissão de Ordens Interrupção (%)	7,5%	8,0%	-6,42%
Taxa de Suspensões efetivadas (%)	70,1%	69,9%	0,22%
Cobrança após Suspensão do Fornecimento (%)	85,2%	87,3%	-2,36%

Quanto à cobrança via contencioso, verificou-se um aumento significativo do n.º de casos, fruto essencialmente da alteração da estratégia de recuperação de dívida.

Injunções	2019	2018	Variação
Injunções Intentadas	640	483	32,51%
Injunções Cobradas (%)	35%	36%	-3,59%
Injunções com Força Executiva (%)	30%	32%	-7,85%

f. Eficiência energética

No quadro seguinte é possível verificar a evolução da eficiência energética das instalações, constatando-se uma diminuição da eficiência de 2018 para 2019 devido à ocorrência de algumas avarias nos grupos de bombagem e também ao elevado número de episódios pontuais de precipitação intensa e a consequente entrada de águas pluviais nas águas residuais.

Eletricidade	2019	2018	Variação
Eficiência energética de instalações elevatórias (AA) (kWh/m ³ /100 m)	0,59	0,53	11,42%
Utilização dos recursos energéticos (AA) (kWh/1.000 m ³ entrado)	55,20	51,06	8,12%
Eficiência energética de instalações elevatórias - 2G (kWh/m ³ /100 m)	0,72	0,64	12,69%
Utilização dos recursos energéticos (AR) (kWh/1.000 m ³ entrado)	272,50	253,38	7,55%

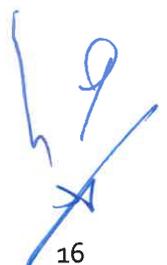
Relativamente ao consumo de energia total verificou-se um aumento do mesmo em relação a 2018, devido principalmente ao aumento da água faturada e da água residual recolhida.

Energia	2019	2018*	Variação
Consumo de Energia (kWh)	2 413 742	2 254 330	7,07%
Custo Médio da eletricidade (€/MWh)	56,3	63,7	-11,71%

* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

g. Resíduos recolhidos

No quadro seguinte é possível verificar as quantidades de resíduos produzidos. O aumento que se verifica de 2018 para 2019 deve-se ao aumento da produção de lamas nas ETAR, fruto do aumento da água residual recolhida e da otimização do processo de remoção deste produto.



Resíduos Recolhidos	2019	2018	Varição
Resíduos Recolhidos Total (Toneladas)	3 010	1 536	95,99%
Taxa de Valorização nos Resíduos Produzidos (%)	93%	89%	4,50%

* Valores históricos corrigidos em função da atualização do sistema de informação

III. INVESTIMENTO

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água realizado até ao final do exercício de 2019, em termos de comprimento de redes de abastecimento de água, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

ÁGUA - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS	Acumulado	2019	Anos Ant.
R6 - Nogueira Regedoura / S.P. Oleiros	33 897		33 897
R11 - Paços de Brandão	19 781		19 781
R12 - Rio Meão	24 590		24 590
R34 - Vila Maior / Canedo / Gião / Lobão	81 643	168	81 475
R38 - Louredo / Guisande	57 046		57 046
R39 - Vale / Louredo / Romariz	19 552		19 552
R40 - Argoncilhe	15 561		15 561
R42 - Mozelos / Nogueira Regedoura	15 687		15 687
R44 - C. S. Jorge / Lobão	10 834		10 834
R45 - Fiães / Sanguedo / Lourosa	38 535	112	38 423
R46 - S. M. Lamas	10 452	116	10 336
R47 - S. J. Vêr	22 648	164	22 484
R48 - S. M. Feira	11 316		11 316
R49 - Fornos / Souto / Travanca / S. M. Feira	37 395	157	37 238
R50 - Souto	27 758		27 758
R51 - S. J. Vêr / C. S. Jorge	48 134		48 134
R52 - Sanfins / Escapães	31 227	84	31 143
R53 - Mosteirô	16 193		16 193
R54 - Arrifana	32 394		32 394
R55 - Milheirós de Poiares	21 015		21 015
R56 - Pigeiros / C. S. Jorge	16 833		16 833
R57 - Romariz	27 912	51	27 861
RE - Espargo	16 821		16 821
Total	637 224	852	636 372

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água executado em 2019 foi de cerca de 349.884 euros, correspondendo exclusivamente a diversas extensões de rede e ramais, já que o

investimento constante no Plano de Investimentos anexo ao Contrato de Concessão já se encontra devidamente concluído.

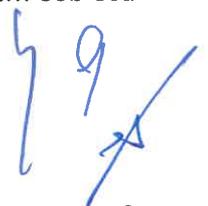
Considerando as redes de abastecimento de água recebidas do Concedente no início da Concessão, as redes entregues pelo Concedente a título de subsídio em espécie, as redes executadas por diferentes loteadores e as redes construídas pela INDAQUA Feira, ou através do Grupo Construtor da Feira, no âmbito do Plano de Investimentos, ou diretamente no caso de pequenas extensões de rede, a empresa tem sob sua gestão atualmente 1.140 km de rede de abastecimento de água.

O investimento em infraestruturas de saneamento realizado até ao final do exercício de 2019, em termos de comprimento de redes, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

SANEAMENTO - INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS	Acumulado	2019	Anos Ant.
B1 - Milheirós de Poiares/Romariz	37 095		37 095
B2 - Fornos/ Arrifana/ Mosteirô	816		816
B3 - Sanfins/ S. M. Feira/ Travanca	693		693
B4 - Souto/ Travanca	0		0
B5 - S. J. Vêr/ Rio Meão	40 016		40 016
B6 - Nogueira Regedoura/ S. P. Oleiros/ Mozelos	37 550		37 550
B7 - Lourosa/ Mozelos/ S. M. Lamas/ P. Brandão/ Rio Meão	51 525		51 525
B8 - S. J. Vêr/ Espargo	40 342		40 342
B9 - Argoncilhe/ Sanguedo	54 348		54 348
B10 - Fães/ Lobão/ Sanguedo/ C. S. Jorge/ Vila Maior/ Pigeiros	76 087		76 087
B11 - Gião/ Canedo	32 873		32 873
B12 - Louredo/ Guisande	23 299		23 299
B13 - Vale/ Louredo/ Romariz	15 647		15 647
B14 - Canedo	14 684	34	14 650
B15 - Louredo/ Canedo	8 093		8 093
Total	433 068	34	433 034

O investimento em infraestruturas de saneamento executado em 2019 foi de cerca de 261.569 euros, correspondendo essencialmente à execução de pequenas extensões de rede, pendentes da constituição de direitos de passagem, e à execução de ramais.

Considerando as redes de saneamento recebidas do Concedente no início da Concessão, as redes entregues pelo Concedente a título de subsídio em espécie, as redes executadas pelo Concedente previstas no Programa de Investimentos Municipal (bacias de Laje e Cáster), as redes executadas por diferentes loteadores e as redes construídas pela INDAQUA Feira no âmbito do Plano de Investimentos, ou diretamente no caso de pequenas extensões de rede, a empresa tem sob sua gestão atualmente cerca de 1.015 km de rede de saneamento em serviço.



Considerando, para além dos investimentos em infraestruturas atrás referidos, as aquisições de ativos fixos, nomeadamente, software, equipamento básico, administrativo, de transporte e outros ativos fixos tangíveis, o investimento global ascende a 909.969 euros.

IV. RECURSOS HUMANOS

No final de 2019 a Indaqua Feira, SA era constituída por 85 colaboradores, dos quais 55 faziam parte do quadro da empresa, 12 encontravam-se em regime de cedência de interesse público e 18 encontravam-se vinculados por contratos a termo. Deste universo a antiguidade média era de 11,04 anos. A idade média dos colaboradores era de 41,02 anos representados por 28 elementos do sexo feminino e 57 do sexo masculino. Em termos de habilitações literárias, o Ensino Preparatório predominava com uma percentagem de 48,24%.

RECURSOS HUMANOS	2019	2018	Variação	
			Qtd.	%
Licenciatura ou superior	17	17	0	0,00%
Bacharelato	1	1	0	0,00%
Ensino Secundário	21	21	0	0,00%
Ensino Preparatório	41	40	1	2,50%
Ensino Primário	5	6	-1	-16,67%
Sem Habilitações	0	0	0	0,00%
Total	85	85	0	0,0%
Requisitados ao Município	12	13	-1	-7,7%
Regime Geral	73	72	1	1,4%

O absentismo em 2019 foi de 7,02% sendo que as causas principais foram Doença (2,84%), Acidente de Trabalho (1,65%) e Parentalidade (0,82%).



ABSENTISMO	Ausências	%
Acidente de Trabalho	2786,3	1,65%
Amamentação	610,45	0,36%
Assistência à Família	448,29	0,27%
Baixa por Doença	4 805,30	2,84%
Consulta Médica	560,38	0,33%
Consulta Médica Pré-Natal	0,82	0,00%
Descanso Diário	179,85	0,11%
Doença sem Baixa	52,00	0,03%
Injustificada	21,50	0,01%
Just. C/Remuneração	230,76	0,14%
Just. S/Remuneração	10,00	0,01%
Licença de Parentalidade	1 384,00	0,82%
Licença sem Vencimento	504,00	0,30%
Nojo	31,70	0,02%
Obrigação Legal	20,96	0,01%
Prémio Assiduidade	210,16	0,12%
Trabalhador -Estudante	10,50	0,01%
Total de ausências	11 867	7,02%
Horas teóricas	169 010	

No âmbito do desenvolvimento das competências dos nossos colaboradores, a empresa investiu, durante o ano de 2019, cerca de 5.219,66 euros em 47 ações de formação com um volume total de 828,00 horas e uma abrangência de 116 participações.

O enfoque da formação recaiu sobre as áreas Técnica com um volume total de 323,00 horas, Gestão com um volume total de 247,00 horas, Informática com um volume de 126,00 horas, do Setor com um volume de 80,00 horas e Segurança no Trabalho com um volume total de 52,00 horas.

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Fatores de risco

As atividades da INDAQUA Feira estão expostas aos seguintes fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo INDAQUA desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na *performance* financeira da INDAQUA S.A. e suas participadas. O Conselho de Administração Executivo providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito e o uso de derivados. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados estão integradas em operações de cobertura de risco dos contratos de financiamento das concessionárias.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a INDAQUA Feira. A INDAQUA Feira está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é reduzido dadas as características do serviço público prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente da Administração Central ou local ou de cliente individual; ii) o prazo médio de recebimento; e iii) a condição financeira do cliente. Dada a dispersão de clientes, não é necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.



Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A INDAQUA Feira efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. É expectativa do Conselho de Administração Executivo que os fluxos de caixa operacionais previstos para o próximo ano sejam suficientes para suprir as necessidades de fundos desse período.

Risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro

O objetivo da INDAQUA Feira em relação à gestão de fluxos de caixa associados à taxa de juro, foi conseguido através da contratação de dois instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro convertendo taxa variável em taxa fixa, previsto nos contratos de financiamento, que mitigam o risco de variabilidade das taxas de juro.

Situação económica e financeira da Empresa

No quadro abaixo apresentam-se os principais indicadores económicos e a sua variação face a 2018.

(milhares de euros)

PRINCIPAIS INDICADORES	2019	2018	Variação
Volume de negócios	18 195	16 954	7,3%
Volume de negócios sem IFRIC 12	17 583	16 306	7,8%
Gastos Operacionais*	8 538	8 516	0,3%
EBITDA	10 263	8 971	14,4%
Gastos de financiamento líquidos	12 874	3 360	283,1%
Resultado líquido	-6 633	1 983	-434,6%
Autonomia financeira	88,6%	24,1%	257,9%

* sem amortizações, imparidades e outros gastos e perdas

O volume de negócios da empresa registou uma variação positiva de 7,3% face a 2018, tendo aumentado de 16.954 mil euros para 18.195 mil euros.

Os gastos operacionais, com exceção das amortizações, imparidades e outros gastos e perdas, mantiveram-se praticamente iguais a 2018, apenas com um ligeiro aumento de 22 mil euros.

Registou-se uma variação positiva do EBITDA face a 2018, que passou de 8.971 mil euros para 10.263 mil euros em 2019.

No entanto, os gastos de financiamento líquidos totalizaram o montante de 12.874 mil euros, tendo aumentado em 9.514 mil euros face aos gastos de 2018, fruto do refinanciamento da dívida em 2019, ficando assim o resultado antes de impostos negativo em 5.590 mil euros e o resultado líquido também negativo em 6.633 mil euros.

O rácio de autonomia financeira, considerado como a relação entre a soma dos capitais próprios adicionados da dívida subordinada dos acionistas e o ativo líquido da empresa, foi de 88,6% em dezembro de 2019, com um ativo líquido de 89.279.594 euros, representando o ativo não corrente cerca de 94% do ativo líquido total.

VI. PERSPETIVAS E OBJETIVOS

O próximo exercício de 2019 será orientado para a continuação dos objetivos traçados na organização interna da Empresa e na concretização dos princípios orientadores definidos, salientando-se:

- Prosseguir com a angariação de novos clientes de água e de saneamento;
- Consolidação e otimização dos procedimentos integrados no sistema de gestão de clientes baseado na plataforma SAP IS-U;
- Melhoria do serviço de atendimento;
- Maior rapidez nas intervenções de realização de ramais e instalação de contadores;
- Melhoria na resposta e resolução de reclamações;
- Consolidação da utilização de *software* de controlo das operações (PGO);
- Consolidação da utilização do SCADA (sistema de telegestão e telemetria para as principais infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento);
- Promover a inspeção periódica e a manutenção preventiva da rede;
- Otimização dos procedimentos de combate aos atos ilícitos.
- Continuação da implementação de procedimentos para controlo e redução de perdas de água;
- Continuação da implementação de procedimentos para controlo das afluências indevidas nas redes de saneamento;

- Aumento da eficiência energética;
- Consolidação e otimização do sistema de distribuição postal;
- Atualização sistemática dos cadastros;
- Continuação da implementação do SIG;
- Instalação de sistemas de telemetria residencial e válvulas de corte com controlo remoto para otimização dos processos de leitura e cobrança em locais onde os contadores não são acessíveis;
- Consolidação das relações com os clientes;
- Valorização dos recursos humanos.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, negativo no montante de **EUR 6.633.006,34** sejam aplicados da seguinte forma:

- Resultados Transitados EUR -6.633.006,34

VIII. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada COVID-19, que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta fortemente a economia portuguesa à data de reporte destas demonstrações financeiras.

Embora o desenvolvimento futuro da doença seja incerto, com a informação disponível à data, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados.

A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.

Finalmente, agradecemos o apoio e a confiança dos nosso Concedente, Clientes, Acionistas, Funcionários, Fornecedores e Instituições Financeiras.

Santa Maria da Feira, 13 de março de 2020

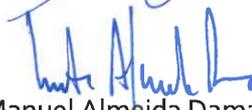
O Conselho de Administração,



José Enrique Castiblanques Tena – Presidente



Pedro Emanuel Reis Perdigão – Vogal



Vítor Manuel Almeida Damas – Vogal

IX. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2019

Anexo I – Publicidade de Participações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização na sociedade

(nº 5 do Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

No período a que se refere o relatório, os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não eram titulares, nem fizeram qualquer aquisição, cessação ou oneração de ações da sociedade.

Anexo II – Publicidade de Participações de Acionistas

(nº 4 do Art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais)

Em conformidade com o referido artigo, damos publicidade que os acionistas titulares de ações nominativas representativas de pelo menos um décimo do capital da sociedade são:

INDAQUA – INDÚSTRIA E GESTÃO DE ÁGUAS, S.A. – 98,99%.

X. BALANÇO

ATIVO <i>Assets</i>	Notas	dez 19	dez 18
ATIVO NÃO CORRENTE (Non-current assets):			
Ativos fixos tangíveis (Tangible fixed assets)	5	2 244 026	2 218 310
Ativos intangíveis (Intangible assets)	6	81 250 420	83 348 009
Outros investimentos financeiros (Other financial assets)		6 331	4 886
Ativos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	224 300	2 349 657
		83 725 077	87 920 862
ATIVO CORRENTE (Current assets):			
Inventários (Inventories)	8	120 899	130 278
Clientes (Clients)	9	1 505 225	1 478 910
Adiantamentos a fornecedores (Advances to suppliers)		709	
Estado e outros entes públicos (State public sector)		78 205	71 069
Outras créditos a receber (Other debtors)	11	1 371 879	932 297
Diferimentos (Deferred costs)	12	25 950	24 992
Caixa e depósitos bancários (Cash and bank deposits)	4	2 451 650	3 920 650
		5 554 516	6 558 196
Total do ativo (Total assets)		89 279 594	94 479 058
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO <i>Shareholders' equity and liabilities</i>			
Notas			
dez 19			
dez 18			
CAPITAL PRÓPRIO (Shareholders' equity):			
Capital subscrito (Capital)	13	4 990 000	4 990 000
Reservas legais (Legal reserves)	14	266 765	167 638
Outras reservas (Other reserves)	14 - 18	1 355 453	-8 057 345
Resultados transitados (Returned earnings)	14	-3 430 380	-5 313 784
Outras variações no capital próprio (Other adjustments)	14	13 042 002	15 582 708
		16 223 841	7 369 217
Resultado líquido do período (Net profit)		-6 633 006	1 982 534
		9 590 834	9 351 751
Total do capital próprio (Total shareholder's equity)		9 590 834	9 351 751
PASSIVO NÃO CORRENTE (Non-current liabilities):			
Provisões (Provisions)	19	303 009	308 173
Financiamentos obtidos (Long term loans)	15	66 347 041	62 151 565
Passivos por impostos diferidos (Deferred taxes)	7	3 786 387	3 909 144
Outras créditos a pagar (Other creditors)	17	1 600 097	1 625 130
Outros passivos financeiros (Other financial liabilities)	18		9 412 799
		72 036 534	77 406 811
PASSIVO CORRENTE (Current liabilities):			
Fornecedores (Suppliers)	16	1 295 882	2 082 844
Estado e outros entes públicos (State public sector)	10	35 121	34 165
Acionistas/sócios (Shareholders)	10-28	1 237 621	872 679
Financiamentos obtidos (Short term loans)	15	3 131 316	2 034 156
Outras créditos a pagar (Other creditors)	17	1 952 284	2 696 652
		7 652 225	7 720 496
Total do passivo (Total liabilities)		79 688 759	85 127 307
Total do capital próprio e do passivo (Total shareholders' equity and liabilities)		89 279 594	94 479 058

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Cátia Pereira




XI. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS <i>Profit and Loss Account</i>	Notas	PERÍODOS	
		dez 19	dez 18
Vendas e serviços prestados (<i>Sales and services rendered</i>)	20	18 194 562	16 953 663
Subsídios à Exploração (<i>Operating subsidies</i>)			1 798
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (<i>Costs of goods sold and mat. consumed</i>)	8	-2 191 610	-2 092 106
Fornecimentos e serviços externos (<i>Supplies and services</i>)	21 e 28	-4 851 875	-4 974 910
Gastos com o pessoal (<i>Staff costs</i>)	22	-1 494 505	-1 448 501
Imparidade de inventários (perdas/reversões) (<i>Inventories impairment</i>)	8	-6 968	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) (<i>Accounts receivable impairment</i>)	9	-60 887	-9 538
Provisões (aumentos/reduções) (<i>Provisions</i>)	19	5 164	-120 952
Outros rendimentos (<i>Other incomes</i>)	23 e 28	942 928	1 014 383
Outros gastos (<i>Other expenses</i>)	23 e 28	-273 927	-352 651
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		10 262 882	8 971 186
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (<i>Depreciations</i>)	5 - 6	-2 978 541	-2 965 924
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		7 284 341	6 005 262
Juros e rendimentos similares obtidos (<i>Interest and similar profits</i>)	24	243 367	146 808
Juros e gastos similares suportados (<i>Interest and similar losses</i>)	24 e 28	-13 117 478	-3 507 049
Resultado antes de impostos (Pre-tax-profits)		-5 589 770	2 645 021
Imposto sobre o rendimento do período (<i>Taxation on profit</i>)	25	-1 043 236	-662 487
Resultado líquido do período (Net profit)		-6 633 006	1 982 534
Resultado por ação básico (Basic earnings per share)		-1,33	0,40

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Cátia Pereira





XII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração de Fluxos de Caixa (Cash Flow Statement)
Período findo em 31 de Dezembro 2019 (Financial year ended December 31st, 2019)
 Montantes expressos em euros (Amounts in Euros)

<u>Notas</u>	<u>dez 2019</u>	<u>dez 2018</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais: <i>(Cash flow from operating activities)</i>		
Recebimentos de clientes <i>(received from clients)</i>	19 084 017	17 521 223
Pagamentos a fornecedores <i>(Payments to suppliers)</i>	-9 135 607	-7 951 451
Pagamentos ao pessoal <i>(Payments to Staff)</i>	-1 391 799	-1 300 725
Caixa gerada pelas operações <i>(Cash from operations)</i>	<u>8 556 611</u>	<u>8 269 047</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento <i>(Income tax paid/received)</i>	-600 462	-329 710
Outros recebimentos/pagamentos <i>(Other Received/Paid)</i>	-205 118	81 642
Fluxos de caixa das actividades operacionais (Cash flow from operating activities)	<u>7 751 031</u>	<u>8 020 979</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento: <i>(Cash flow from investment activities)</i>		
Pagamentos respeitantes a <i>(Payments concerning to):</i>		
Ativos fixos tangíveis <i>(Tangible fixed assets)</i>	-198 182	-211 788
Ativos intangíveis <i>(Intangible assets)</i>	-614 832	-631 648
Investimentos financeiros <i>(Financial investments)</i>	-2 356	-1 532
	<u>-815 370</u>	<u>-844 968</u>
Recebimentos provenientes de <i>(Cash receipts arising from):</i>		
Ativos fixos tangíveis <i>(Tangible fixed assets)</i>	13 196	41 576
Investimentos financeiros <i>(Financial investments)</i>	911	
	<u>14 107</u>	<u>41 576</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento: <i>(Cash flow from investment activities)</i>	<u>-801 262</u>	<u>-803 392</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento: <i>(Cash flow from financing activities)</i>		
Recebimentos provenientes de <i>(Cash receipts arising from):</i>		
Financiamentos obtidos <i>(Loans)</i>	57 751 563	
Outras operações de financiamento <i>(Other financing transactions)</i>		1 798
	<u>57 751 563</u>	<u>1 798</u>
Pagamentos respeitantes a <i>(Payments concerning):</i>		
Financiamentos obtidos <i>(Loans)</i>	-54 096 419	-3 631 932
Juros e gastos similares <i>(Interest and similar costs)</i>	-12 062 363	-2 722 753
Outras operações de financiamento <i>(Other financing transactions)</i>	-11 550	-26 246
	<u>-66 170 332</u>	<u>-6 380 931</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento: <i>(Cash flow from financing activities)</i>	<u>-8 418 769</u>	<u>-6 379 133</u>
Variação de caixa e seus equivalentes: <i>(Change in cash and equivalents)</i>	-1 469 000	838 454
Caixa e seus equivalentes no início do período: <i>(Cash and cash equivalents at beginning of period)</i>	4 3 920 650	3 082 196
Caixa e seus equivalentes no fim do período: <i>(Cash and cash equivalents at end of period)</i>	4 2 451 650	3 920 650

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Cátia Pereira

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

XIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2018	14	4 990 000	106 564	-6 484 346	-8 910 253	16 198 220	1 242 697	7 131 822
Alterações no período								0
Aplicação de resultados	14		62 134	1 180 562			-1 242 697	306 317
Ajustamentos por impostos diferidos	14					-88 922		-88 922
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 17				852 908	-546 590		306 317
Resultado líquido do período			62 134	1 180 562	852 908	-615 613	-1 242 697	237 295
Resultado integral							1 982 534	1 982 534
Operações com detentores de capital no período								
A 31 de dezembro de 2018	14	4 990 000	167 639	-5 313 784	-8 057 345	15 582 707	1 982 534	9 351 751
A 1 de Janeiro de 2019		4 990 000	167 639	-5 313 784	-8 057 345	15 582 707	1 982 534	9 351 751
Alterações no período								
Aplicação de resultados	14		98 127	1 883 405			-1 982 534	128 055
Ajustamentos por impostos diferidos	7 e 14					128 055		128 055
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 27				9 412 799	-2 658 782		6 744 037
Resultado líquido do período			98 127	1 883 405	9 412 799	-2 640 707	-1 982 534	6 672 089
Resultado integral							-6 633 006	-6 633 006
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições								239 085
A 31 de dezembro de 2019	14	4 990 000	266 766	-3 430 379	1 356 483	13 042 002	-6 633 006	9 580 834

As notas anexas constituem parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Cátia Pereira

XIV. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (adiante designada por Indaqua Feira ou Empresa), com sede na Rua Dr. Alcides Strecht Monteiro, 17, Santa Maria da Feira, foi constituída em 12 de Março de 1999 tendo por objeto o exercício, em regime de concessão, das atividades de indústria e prestação de serviços relativos à exploração e gestão conjunta dos Serviços Públicos Municipais de tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Concelho de Santa Maria da Feira, incluindo construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimento no âmbito da referida concessão.

O contrato de concessão inicia-se em 1999 e tem vigência até 2049.

Adicionalmente, a Empresa é integralmente/maioritariamente detida pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A., pelo que se insere num grupo económico liderado por esta entidade (“Grupo Indaqua”) sendo as demonstrações financeiras da Empresa integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Indaqua – Indústria e Gestão de Águas S.A. pelo método de consolidação integral. No final da concessão todas as Infraestruturas serão transferidas para o Município.

É da opinião da Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Indaqua Feira, relativas ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31/12/2019, tendo as mesmas sido aprovadas pela Administração em 13 de março de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2019 (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho). Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração considera que a empresa tem capacidade de operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outro, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Face ao exposto, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Indaqua Feira com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.

Pelo fato de não existir tratamento previsto nas NCRF para as concessões foi adotado o IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetadas à concessão e que é caracterizado da seguinte forma:

Enquadramento

A IFRIC 12 – “Acordos de concessão de serviço” define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público, atendendo aos serviços a que a concessionária se obriga a prestar e ao controlo que exerce sobre os ativos da concessão.

No âmbito da IFRIC 12 estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- i) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- ii) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- iii) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção / requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- iv) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- v) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detém a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A IFRIC 12 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concessionários de serviços públicos com as características acima identificadas. Quando a IFRIC 12 é aplicada, o concessionário não pode reconhecer nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados na prestação do serviço por não deter o controlo sobre os mesmos, embora retenha o risco de construção e de financiamento.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção que terá de registar de acordo com a IFRS 15 / NCRF 19 – Contratos de construção.

A aplicação deste normativo prevê o reconhecimento da totalidade dos gastos incorridos na prestação do serviço de construção/ requalificação das infraestruturas da concessão consoante a sua natureza, e o registo do justo valor do rédito da construção.

Uma vez que no caso das concessões este serviço está associado ao contrato de concessão que prevê a exploração subsequente das infraestruturas construídas/ adquiridas, é necessário determinar a contraprestação do rédito reconhecido.

A IFRIC 12 preconiza dois modelos de contabilização para os serviços de construção consoante os riscos e benefícios assumidos pelo concessionário:

- i) O modelo do ativo financeiro – se o concedente tem a responsabilidade de pagar ao concessionário pela prestação do serviço de construção, ou se, embora a responsabilidade pelo pagamento do serviço público recaia sobre os seus utilizadores, o concedente tenha a responsabilidade de garantir um montante mínimo previamente definido;
- ii) O modelo do ativo intangível – se o concessionário tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores (pagando o utilizador ou o concedente), os montantes despendidos constituem o custo da aquisição do direito de concessão.

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção e o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O concessionário tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao concessionário que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de o concessionário assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência.

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores pela prestação do serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

O concessionário deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com o serviço de operação da concessão de acordo com o IFRS 15 / NCRF 20 - Rédito.

Nos termos desta interpretação a Indaqua Feira presta os dois tipos de serviços: o de construção, requalificação e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores, pelo que aplica os princípios da IFRIC 12.

Classificação da infraestrutura

A Indaqua Feira classifica os montantes investidos na construção/ aquisição das infraestruturas dos sistemas que explora como ativos intangíveis – Direito de concessão, já que tem direito a cobrar consoante a prestação do serviço público aos utilizadores do serviço.

A formação do custo dos ativos intangíveis (direitos de concessão) compreende o custo de aquisição ou construção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de construção, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso, por permuta com os serviços de construção prestados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento dos projetos de construção em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração das infraestruturas do sistema.

A manutenção e conservação corrente das infraestruturas, são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

Amortizações

O ativo intangível, direito de concessão, é amortizado numa base sistemática por taxas constantes ao longo da concessão.

Acréscimos de custos por responsabilidades contratuais

Os investimentos de substituição são tratados como responsabilidades, de acordo com o definido na NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, o que implica a constituição de uma provisão pelo período que medeia entre o investimento inicial e o investimento de substituição, devendo essa provisão ser registada pelo valor presente.

Rédito – serviços de construção

O IFRIC 12 considera que, em substância, a Concessionária constrói as infraestruturas e troca-as pelo direito inerente à concessão, aplicando-se assim o normativo do Rédito e dos Ativos Intangíveis, no que se relaciona com a troca de ativos diferentes. Em consequência destas disposições a Concessionária constrói as infraestruturas, vende-as ao Concedente e como pagamento recebe um direito de uso durante o período da concessão, estando reconhecido nos rendimentos e nos subcontratos os valores resultantes destas operações.

As obras efetuadas têm como objetivo prestar o serviço final aos consumidores, não tendo como base obter uma margem no serviço a prestar. Além disso, as Concessões normalmente iniciam a atividade com as infraestruturas municipais recebidas pelo que não existem períodos onde as Concessões não disponham de receitas. Tendo em conta que a construção é subcontratada e como tal já reflete o seu justo valor não é efetuado qualquer ajustamento relativamente a margens sobre a construção, além da imputação dos encargos financeiros e dos encargos de estrutura afetos aos projetos.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, conforme referido em 2.1, pelo fato de não haver nas NCRF tratamento para as Concessões, foi adotado supletivamente a IFRIC 12.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado ("deemed cost") à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros ativos tangíveis	4 - 10

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas definidas acima, as quais se consideram razoáveis para compensar a sua desvalorização. A amortização dos ativos fixos tangíveis tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual por duodécimos.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente. Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas no abate ou alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorre o abate ou alienação. Os edifícios e outras construções estão contabilizados em ativos tangíveis apesar de serem reversíveis no final da concessão.

3.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme os parágrafos abaixo:

a) Direito da Concessão:

A Indaqua Feira é uma Concessão onde não está definido um rendimento garantido e o serviço é prestado diretamente ao consumidor final. Como no SNC não existe nenhuma norma para as concessões, de forma supletiva foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade, sendo utilizado o IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços que regula a forma de contabilização das infraestruturas afetas à Concessão.

No âmbito desta norma são consideradas infraestruturas as redes, ramais, reservatórios, captações, ETAS's e ETAR's adquiridos/construídos pela Empresa. Estes ativos encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Dado que as obras do Plano de Investimento da Concessionária traduzem-se num aumento da sua base de clientes, os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção destes ativos são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. A amortização destes ativos tem início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efetuado numa base anual e durante o período da Concessão.

Foi integrado no Direito da Concessão, o valor atual das rendas da concessão a pagar anualmente ao Município da Feira, sendo o respetivo custo anual contabilizado, parte como amortização do ativo intangível e o diferencial como gasto financeiro.

b) Outros intangíveis:

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Empresa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A vida útil estimada para os outros ativos intangíveis mais significativos é de 3 anos.

3.3. Imparidade de ativos

A Indaqua Feira realiza testes de imparidade sempre que, em cada data de relato, eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas Demonstrações Financeiras possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização, sendo as saídas valorizadas pelo método do custo médio.

3.5. Ativos e passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial, de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade;

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

A Empresa classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos / pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

ou

(b) Ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa classifica e mensura ao justo valor os passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, e que são os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro, e que se referem a fixação de taxas de juro fixas de alguns empréstimos obtidos, estando contabilizados em "Outros Reservas".

As variações de justo valor são registadas nos capitais próprios, já que se refere a instrumentos financeiros derivados que qualificam como relação de cobertura de fluxos de caixa. Anualmente são efetuados testes de cobertura, sendo que a ineficácia é registada em conformidade.

Uma operação de cobertura é considerada eficaz se os resultados dos testes de eficácia realizados ao instrumento de cobertura se encontram dentro do intervalo 80% a 125%. A eficácia dos instrumentos de cobertura é, então, aferida através da realização de testes que procuram demonstrar a eficaz compensação de alterações nos cash-flows do instrumento de cobertura e do instrumento coberto por comparação com o justo valor de um instrumento de cobertura hipotético cuja eficácia da cobertura seria de 100%.

Imparidade de ativos financeiros

A Empresa avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

No caso de contas a receber de clientes a empresa utiliza como critério para o reconhecimento de perdas por imparidade a antiguidade dos mesmos, atribuindo diferentes percentagens de perda dependendo do intervalo de antiguidade que o saldo se encontra. Não são registadas perdas por imparidade para com as entidades públicas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

O passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Os ativos seguintes são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

a) Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor é insignificante e que são imediatamente convertíveis em numerário, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa. Verifica-se a existência de uma conta bancária com o saldo que inclui o montante de 1.103.091 euros para reserva do serviço da dívida.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente. As comissões de montagem são diferidas pelo período do empréstimo e apresentadas ao custo amortizado, incluídas a deduzir na quantia escriturada dos financiamentos obtidos.

d) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros são registados ao custo.

e) Responsabilidade das rendas da concessão

Encontram-se registadas no Ativo (Ativos intangíveis) e no Passivo (Outras dívidas a pagar) o valor total das rendas a pagar ao município (previstas no contrato de concessão), descontadas para o valor presente. O valor registado no ativo é amortizado pelo período da concessão por quotas constantes e o passivo é movimentado pelo custo amortizado da dívida.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas se: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.8. Locações

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.9. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.10. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O rédito é reconhecido com base na aplicação do tarifário previsto no contrato de concessão outorgado com o Município de Santa Maria da Feira, em que as tarifas recorrentes (tarifa fixa e tarifa volumétrica de abastecimento de água e de saneamento) são aplicadas mensalmente aos clientes que têm contrato com a Empresa, quer em função do número de dias, quer em função dos consumos de água medidos ou estimados. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

3.11. Subsídios

- a) Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Indaqua Feira cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no Capital Próprio, sendo reconhecido na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.
- b) Os rendimentos relacionados com a venda de ramais de ligação a clientes são tratados como subsídio ao investimento, sendo o rendimento reconhecido ao longo do período da Concessão ao ritmo a que é reconhecida a amortização do direito da Concessão (custo do ramal).

3.12. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos tangíveis ou intangíveis são capitalizados, sendo parte integrante do custo do Ativo.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados e fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.13.1 Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.13.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

A imparidade para contas a receber é calculada essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem do tipo de clientes, não sendo registada qualquer imparidade para as dívidas de entidades estatais.

3.13.4 Determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa são utilizadas técnicas de valorização assentes no método de fluxos de caixa descontados. A determinação do justo valor destes instrumentos é geralmente efetuada pelas entidades com as quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração reconhece competências e objetividade às contrapartes. A Empresa tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor desses instrumentos, os quais considera adequados.

3.13.5 Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais da Empresa. Os advogados/consultores legais possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permite fazer face à incerteza inerente ao desfecho de processos desta natureza.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa é o seguinte:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Caixa	1 839	2 293
Depósitos bancários	2 449 810	3 918 357
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2 451 650</u>	<u>3 920 650</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa é como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Numerário		
- Caixa	1 839	2 293
	<u>1 839</u>	<u>2 293</u>
Depósitos Bancários		
- Depósitos à ordem	2 449 810	3 918 357
	<u>2 449 810</u>	<u>3 918 357</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>2 451 650</u>	<u>3 920 650</u>

Em 24 de Janeiro de 2019, a Indaqua SA assinou com a Allianz Global Investors GmbH uma "Commitment Letter" que assegura à Indaqua SA um financiamento de longo prazo. Este financiamento foi utilizado pela Holding para realizar suprimentos na Indaqua Feira, para esta efetuar o reembolso antecipado da totalidade do atual financiamento. Neste processo, a Indaqua Feira substituiu o empréstimo bancário por suprimentos da holding, de igual prazo e em condições financeiras semelhantes.

Em consequência, a Indaqua Feira deixou de possuir conta bancária para reserva do serviço da dívida.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros	Total
1 de Janeiro 2019						
Custo de aquisição	1 930 588	2 053 781	749 075	439 775	76 195	5 248 414
Depreciações acumuladas	-419 831	-1 470 695	-650 157	-413 683	-75 738	-3 030 104
Valor líquido	1 510 758	583 085	98 918	25 092	457	2 218 310
31 de Dezembro de 2019						
Adições		264 656	21 670	12 189		298 516
Alienações		-102 287	-13 222			-115 508
Transferências e abates						
Depreciações - exercício	-51 550	-161 938	-40 884	-14 935	-192	-269 499
Depreciações - alienações		98 966	13 222			112 208
Depreciações - transf e abates						
Valor líquido	-51 550	99 417	-19 214	-2 745	-192	25 716
31 de Dezembro de 2018						
Custo de aquisição	1 930 588	2 216 150	757 524	450 984	76 195	5 431 421
Depreciações acumuladas	-471 380	-1 533 647	-677 819	-428 618	-75 930	-3 167 394
Valor líquido	1 459 208	682 503	79 704	22 345	265	2 244 026
1 de Janeiro 2018						
Custo de aquisição	1 922 238	1 862 536	801 486	412 084	76 195	5 074 550
Depreciações acumuladas	-388 554	-1 373 320	-699 638	-393 942	-75 526	-2 910 981
Valor líquido	1 553 685	489 216	101 859	18 141	668	2 163 567
31 de Dezembro de 2018						
Adições	8 350	255 752	45 357	26 691		336 149
Alienações		-64 508	-97 778			-162 286
Transferências e abates						
Depreciações - exercício	-51 277	-159 641	-40 501	-19 741	-212	-271 372
Depreciações - alienações		62 266	89 961			152 247
Depreciações - transf e abates						
Valor líquido	-42 927	93 866	-2 940	6 950	-212	54 740
31 de Dezembro de 2018						
Custo de aquisição	1 930 588	2 053 781	749 075	439 775	76 195	5 248 414
Depreciações acumuladas	-419 831	-1 470 695	-650 157	-413 683	-75 738	-3 030 104
Valor líquido	1 510 758	583 085	98 918	25 092	457	2 218 310

Não existem indícios de perdas por imparidade, pelo que não foram efetuados testes de imparidade conforme previsto na NCRF 12. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

7. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Os movimentos ocorridos nas diferenças temporárias e rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

	dez/19		dez/18		Variação
	Base	I. Diferido	Base	I. Diferido	
Ativos					
Justo valor do instrumento financeiro (nota 18)	0	0	9 412 799	2 117 880	-2 117 880
Ajustamentos DC4	996 890	224 300	1 030 119	231 777	-7 477
	996 890	224 300	10 442 918	2 349 657	-2 125 356
Passivos					
Subsídio P.O.V.T. (nota 14)	7 498 590	1 687 183	7 744 154	1 742 435	-55 252
Subsídio Ramais (nota 14)	9 329 799	2 099 205	9 629 818	2 166 709	-67 504
	16 828 389	3 786 387	17 373 972	3 909 144	-122 757
Impacto líquido	-15 831 499	-3 562 087	-6 931 055	-1 559 487	-2 002 600
Variação por capital próprio (nota 14)					-2 002 600
Variação por resultados (nota 25)					-2 117 880

i) Como o justo valor do instrumento financeiro derivado de cobertura de taxa de juro e os proveitos dos ramais se encontram registados em Capital Próprio (rubrica de Outras Reservas e Outras variações no Capital Próprio, respetivamente) os respetivos Impostos Diferidos foram também registados em Capital Próprio (Outras Variações no Capital Próprio - nota 14).

ii) É entendimento do Conselho de Administração que de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas que o impacto decorrente da atualização financeira da renda da concessão não é aceite como gasto fiscal. Por este motivo a Empresa apenas releva para efeitos fiscais o gasto associado à renda efetiva, sendo que os eventuais gastos relativos à atualização da conta a pagar, se superiores à quantia nominal das rendas, são desconsiderados aquando do apuramento do resultado fiscal relativo a cada exercício. Por outro lado, caso os referidos gastos sejam inferiores à quantia nominal das rendas a Empresa procede a uma dedução para efeitos de apuramento do resultado fiscal.

iii) Foi analisado pela Autoridade Tributária o enquadramento fiscal dado aos ajustamentos de transição associados à adoção do SNC, mais concretamente os relativos à aplicação da IFRIC12. Foi defendido pela Autoridade Tributária (AT) um enquadramento fiscal diferente do que havia sido adotado pela Indaqua Feira, em particular, a consideração dos ajustamentos de transição durante o período remanescente da concessão e não durante o período de 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os ativos e passivos por impostos diferidos estão calculados à taxa de 22,5%.

8. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Mercadorias	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
Materiais	127 868	130 278
Produtos acabados	0	0
	<u>127 868</u>	<u>130 278</u>
Ajustamentos de Inventário	-6 968	0
Total inventários	<u>120 899</u>	<u>130 278</u>

O custo dos inventários reconhecidos, no exercício findo em 2019, como gasto e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 2.191.610 euros (2018: 2.092.106 euros), conforme se evidencia abaixo.

	<u>dez-19</u>		<u>dez-18</u>	
	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Mat. Primas</u>
Existências iniciais	0	130 278	0	148 827
Compras	2 079 811	264 119	1 986 616	242 443
Transferência de contadores	0	-161 698	0	-155 503
Existências finais	0	120 899	0	130 278
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>2 079 811</u>	<u>111 799</u>	<u>1 986 616</u>	<u>105 490</u>

As compras de mercadoria referem-se essencialmente à aquisição de água.

O montante de 161.698 euros (2018: 155.503 euros) referem-se à transferência de contadores de medição de consumos de água, que aquando da sua instalação no cliente, são capitalizados, isto é, reclassificados em Ativo Fixo Tangível (ver nota 5).

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>dez-19</u>		<u>dez-18</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
Clientes d/c - grupo (nota27)	0	0	0	0
Clientes d/c - outros	1 482 438	1 482 438	1 452 995	1 452 995
Clientes Cobrança duvidosa	625 417	625 417	662 096	662 096
	<u>2 107 855</u>	<u>2 107 855</u>	<u>2 115 091</u>	<u>2 115 091</u>
Imparidade	-602 630	-602 630	-636 181	-636 181
Total Clientes	<u>1 505 225</u>	<u>1 505 225</u>	<u>1 478 910</u>	<u>1 478 910</u>

Imparidade

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Início do período	636 181	626 644
Aumentos	60 887	24 157
Utilizações	94 439	
Reduções	0	14 620
Final do período	<u>602 630</u>	<u>636 181</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos com o Estado são os seguintes:

	<u>dez-19</u>		<u>dez-18</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto s/rendimento - IRC				
Imposto s/rendimento - IRS		6 341		6 789
Imposto s/valor acrescentado - IVA	78 205		71 069	
Contribuições p/segurança social		28 781		27 376
Outros impostos				
	<u>78 205</u>	<u>35 121</u>	<u>71 069</u>	<u>34 165</u>

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Indaqua. A consolidação fiscal inclui as empresas Indaqua S.A., Indaqua Santo Tirso/Trofa S.A., Indaqua Feira S.A., Indaqua Fafe S.A., Indaqua Matosinhos S.A., Indaqua Vila do Conde, S.A., Indaqua Oliveira de Azeméis, S.A. e Aqualevel, Lda., sendo a Indaqua S.A. (nota13) responsável pelo pagamento dos impostos do Grupo. O valor a pagar/receber resultante do apuramento do imposto do exercício (I.R.C.), é registado por contrapartida da rubrica de Acionistas no montante de 982.771 euros (ver nota 28).

Nos termos do nº 21 do DL 411/91 de 17/10, informa-se que em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019 a Empresa não tem dívidas em mora à Segurança Social.

Nos termos do DL 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber, é como segue:

	dez-19		dez-18	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	395 089	395 089	13 158	13 158
Devedores por acréscimos	976 790	976 790	919 140	919 140
	1 371 879	1 371 879	932 297	932 297
Ajustamentos				
Outros créditos a receber	1 371 879	1 371 879	932 297	932 297

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. A rubrica “devedores por acréscimos de rendimentos” corresponde a valores de venda de água e serviços prestados, mas que ainda não foram faturados.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:

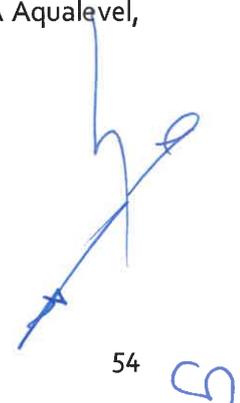
	dez-19	dez-18
Seguros	23 625	20 307
Rendas		
Outros serviços	2 325	4 685
Gastos a reconhecer	25 950	24 992

13. Capital

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Indaqua Feira ascendia a 4.990.000 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A INDAQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A. detém uma participação de 98,99%. A Aquallevel, Unipessoal, Lda detém uma participação de 0,01%.



14. Reservas e Resultados Transitados

14.1. Reserva Legal

A Reserva Legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do Capital Social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

14.2. Resultados Transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 26 de março de 2019, foi decidido que a aplicação do resultado líquido referente ao exercício de 2018, no valor de 1.982.534 euros fosse 5% para reservas legais e o restante para resultado transitado.

14.3. Outras Reservas

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica inclui Reservas Livres no valor de 1.355.453 euros (mesmo valor em 2018), uma vez que as Reservas de Cobertura relativas ao instrumento financeiro derivado de cobertura da taxa variável por taxa fixa dos empréstimos bancários obtidos foram recicladas pela demonstração dos resultados, na medida em que os derivados subjacentes bem como os instrumentos cobertos foram liquidados no período (ver também nota 18).

14.4. Outras Variações no Capital Próprio

Esta rubrica inclui os valores recebidos por contrapartida de construção de ramais de ligação à rede global, que estão a ser equiparados a um subsídio pelo que foram registados em capitais próprios e estão a ser reconhecidos como rendimento ao longo do período de amortização desses ramais de ligação e os respetivos impostos diferidos. Inclui também o valor do Subsídio do POVT e os respetivos impostos diferidos e os impostos diferidos do instrumento financeiro derivado de cobertura de taxa de juro referido na nota 14.3.

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>	<u>Varição</u>
Compensação pela construções dos ramais (nota 7)	9 329 799	9 629 818	(300 019)
Impostos diferidos pela construção dos ramais (nota 7)	(2 099 205)	(2 166 709)	67 504
Subsídio ao investimento (nota 7)	7 498 590	7 744 154	(245 564)
Impostos diferidos pelo subsídio ao investimento (nota 7)	(1 687 183)	(1 742 435)	55 252
Impostos diferidos do instrumentos financeiro (notas 7 e 18)	0	2 117 880	(2 117 880)
	<u>13 042 002</u>	<u>15 582 708</u>	<u>-2 540 707</u>

Nos períodos de 2019 e 2018, as construções de ramais e o subsídio P.O.V.T. tiveram os seguintes movimentos:

	dez/19		dez/18	
	Ramais	Subsidio P.O.V.T	Ramais	Subsidio P.O.V.T
1 de janeiro (nota 11)	9 629 819	7 744 154	9 930 847	7 989 716
Aumento	10 818		9 501	
Diminuição				
Reconhecimento (nota 7)	-310 837	-245 564	-310 529	-245 562
31 de Dezembro	9 329 799	7 498 590	9 629 819	7 744 154

15. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, é como segue:

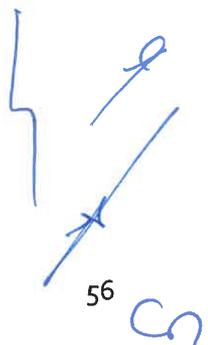
	dez-19			dez-18		
	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	Corrente (até 1 ano)	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos
Empréstimos bancários				2 206 182	14 413 672	34 767 854
Locações Financeiras	7 121			15 060	7 119	
Comissões montagem				-187 086	-711 174	-556 641
Suprimentos acionistas (nota27)	3 124 196	18 515 297	47 637 005			14 022 286
Juros Suprimentos (nota 27)			194 739			208 448
Financiamentos obtidos	3 131 316	18 515 297	47 831 744	2 034 156	13 709 618	48 441 947

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Em 24 de Janeiro de 2019, a Indaqua SA assinou com a Allianz Global Investors GmbH uma "Commitment Letter" que assegura à Indaqua SA um financiamento de longo prazo. Este financiamento foi utilizado pela Holding para realizar suprimentos na Indaqua Feira, para esta efetuar o reembolso antecipado da totalidade do atual financiamento. Neste processo, o derivado de taxa de juro foi anulado e o respetivo valor do marked to market foi, em 2019, reciclado através do resultado do exercício. Em consequência, a Indaqua Feira substituiu o atual empréstimo bancário por suprimentos da holding.

O referido empréstimo somado ao já existente, também de suprimentos com a Indaqua SA, tiveram amortização de capital durante o ano de 2019, no valor de 3.124.195,60 euros, e ascendem em 31 de dezembro de 2019 a 53.523.827,87 euros e têm vigência até ao ano 2029.

O custo médio anual da dívida no ano de 2019 foi de 4,97%.



O valor das locações pode ser apresentado da seguinte forma:

	dez-19			dez-18		
	Custo aquisição	Amortização acumulada	Capital em dívida	Custo aquisição	Amortização acumulada	Capital em dívida
Locações Financeiras	45 619	38 498	7 121	91 868	69 687	22 181
	45 619	38 498	7 121	91 868	69 687	22 181

16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	dez-19		dez-18	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Fornecedores				
Fornecedores - grupo (nota28)	510 200	510 200	1 000 010	1 000 010
Fornecedores - terceiros	785 682	785 682	1 082 834	1 082 834
Total Fornecedores	1 295 882	1 295 882	2 082 844	2 082 844

17. Outros créditos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o detalhe da rubrica de outros créditos a pagar é como segue:

		dez-19			dez-18		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos							
Fornecedores gerais		8 985		8 985	10 948		10 948
Renda da concessão	i)	25 600	1 600 097	1 625 697	14 207	1 625 130	1 639 337
Outros Credores							
Taxa de recursos hídricos	ii)	571 675		571 675	39 171		39 171
Credores diversos	iii)	292 018		292 018	851 725		851 725
Credores por acréscimos							
Férias e subs. de férias		166 682		166 682	155 443		155 443
Aquisição de água		185 990		185 990	172 674		172 674
Outros	iv)	701 333		701 333	1 452 484		1 452 484
Outras dívidas a pagar		1 952 284	1 600 097	3 552 381	2 696 652	1 625 130	4 321 782

- i. Valor presente da totalidade da renda da concessão a pagar ao Município de Santa Maria da Feira, conforme nota 3.16.
- ii. Taxa de recursos hídricos - este saldo refere-se essencialmente ao valor da taxa de recursos hídricos de água a pagar às Águas do Norte e taxa de recursos hídricos de saneamento a pagar à A.R.H. Norte.

iii. A rubrica Credores diversos refere-se essencialmente ao valor das taxas de resíduos sólidos urbanos recebidos pela Empresa de conta e ordem do Município de Santa Maria da Feira e retenções de garantias efetuadas aos construtores.

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos – Outros inclui essencialmente valores referentes a acréscimos de juros de suprimentos.

18. Outros Passivos Financeiros

A empresa deixou de ter um Passivo Financeiro que se encontrava valorizado ao justo valor, o qual se referia ao instrumento financeiro derivado de cobertura de taxa variável por taxa fixa dos empréstimos bancários obtidos (Nota 15).

O justo valor era determinado com base no método de fluxos de caixa descontados, considerando para o efeito os planos de pagamento contratados, a evolução esperada ao nível das taxas de juro de referência e o notional do referido derivado.

Este instrumento derivado era um instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro em que a empresa recebia taxa de juro variável e pagava taxa de juro fixa, sendo que os indexantes e as datas de pagamento dos juros eram coincidentes com as do empréstimo bancário coberto.

A Indaqua Feira substituiu o atual empréstimo bancário por suprimentos da holding, tendo o derivado e o instrumento de cobertura sido liquidados, pelo que as reservas de cobertura foram recicladas pela demonstração dos resultados.

	dez/19			dez/18		
	Justo valor	Valor nacional	Taxa Contratualiza	Justo valor	Valor nacional	Taxa Contratualiza
Hedging	0	0	0,000%	-9 412 799	34 664 229	4,526%

19. Provisões

A provisão para riscos e encargos no montante de 279.198 euros foi constituída pois existe um processo em tribunal que ainda não obteve desfecho (ver nota 27).

A provisão para riscos e encargos no montante de 23.811 euros encontra-se constituída para fazer face aos riscos decorrentes da atividade.

20. Vendas e Serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Venda de Água	5 549 698	5 268 935
Prestações de Serviços	12 033 410	11 036 853
Proveitos - Contratos de construção	611 454	647 875
Vendas e prestações de serviços	<u>18 194 562</u>	<u>16 953 663</u>

Com base na aplicação da IFRIC 12 foram registados valores relativos a Contratos de Construção, assim discriminados:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Proveitos - Contratos de construção		
Serviços de construção	586 760	618 730
Capitalização do custo dos ramais	24 694	29 145
	<u>611 454</u>	<u>647 875</u>

O valor relativo aos serviços de construção está igualmente refletido em Fornecimentos e Serviços Externos (nota 21).

21. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Subcontratos - Contratos de construção	586 760	618 730
Subcontratos	1 453 582	1 359 880
Rendas e alugueres	1 146	1 150
Conservação e Reparação	172 202	272 779
Trabalhos especializados	2 017 259	2 128 248
Outros	620 925	594 124
Fornecimento e serviços externos	<u>4 851 875</u>	<u>4 974 910</u>

Relativamente aos Subcontratos – Contratos de Construção – ver Nota 20. A rubrica de Subcontratos inclui essencialmente gastos relacionados com a limpeza do coletores e exploração da ETAR. A diminuição da rubrica de subcontratos - Contratos de construção é consequência dos trabalhos do POVT que se encontram na fase final. A rubrica "Trabalhos especializados" refere-se essencialmente aos serviços de assistência técnica, serviços de faturação e cobrança e serviço de gestão do sistema de informação.

22. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal foram como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Remunerações		
Pessoal	1 087 253	1 071 549
Sub-total	1 087 253	1 071 549
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	240 594	224 128
Custos de acção social	112 368	103 035
Outros	54 290	49 790
Sub-total	407 252	376 953
Gastos com o pessoal	1 494 505	1 448 501

Durante o ano de 2019, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 85 (2018: 82), dos quais 13 são funcionários públicos requisitados ao Município nos termos do Contrato de Concessão.

23. Outros rendimentos e outros gastos

O detalhe dos outros gastos e rendimentos é como se seguem:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos Suplementares	258 962	268 506
Desconto pronto pag. conc.	1 956	2 747
Rec. dívidas a receber	0	0
Rend. Inv. Nfin.	13 784	44 265
Outros rendimentos	668 226	698 865
	942 928	1 014 383
Outros gastos e perdas		
Impostos	248 134	248 172
Dívidas Incobráveis	10 563	37 479
Gast. Inv. Nfin.	1 923	764
Outros gastos	13 307	66 235
	273 927	352 651

As rubricas de Imposto e de Proveitos Suplementares incluem os valores referentes à Taxa de Recursos Híbridos (TRH). Na rubrica de Outros Rendimentos está incluído o montante 245.564 euros relativo à imputação do subsídio ao investimento (Nota 14).

Ainda nesta rubrica encontram-se registados os valores de 41.934,42 euros e de 28.421,08 euros relativos ao deferimento, por parte da Agência Nacional de Inovação S.A., do crédito fiscal para o exercício de 2017 e 2018, respetivamente (SIFIDE).

24. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>dez-19</u>	<u>dez-18</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados (nota 15)	1 432 528	2 436 910
Liquidação Instr. Derivado Cobertura Tx.juro	9 600 771	
Outros gastos e perdas de financiamento	2 084 179	1 070 139
	<u>13 117 478</u>	<u>3 507 049</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	243 367	146 808
Outros rendimentos similares		
	<u>243 367</u>	<u>146 808</u>

Os outros gastos e perdas de financiamento referem-se a despesas relacionadas com o financiamento, nomeadamente comissões de estruturação e montagem, de assessoria financeira e comissões de imobilização que estão a ser reconhecidas como custo pelo período de duração do empréstimo.

25. Imposto sobre o rendimento do período

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. A Empresa encontra-se incluída no perímetro de consolidação fiscal do Grupo Indaqua (nota 10).

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	dez/19	dez/18
Imposto s/rendimento corrente	1 035 760	894 264
Imposto s/rendimento diferido (Nota 7)	7 477	-231 777
Imposto sobre o rendimento	1 043 236	662 487

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	dez/19	dez/18
Resultado antes de impostos	5 589 770	2 645 020
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	1 173 852	555 454
Diferenças permanentes	-138 770	95 783
Tributação autónoma	8 155	11 250
	1 043 236	662 487
Imposto s/rendimento corrente	1 035 760	894 264
Imposto s/rendimento diferido (nota7)	7 477	-231 777
Imposto s/rendimento	1 043 236	662 487
Taxa efectiva de imposto	18,7%	25,0%

26. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Indaqua Feira, são como segue:

Compromissos para investimentos

Para a Concessão da Feira os compromissos de investimento, para o período de 31/12/2019 a 31/12/2020, compreendem um montante de 918.304 euros (preços correntes) referentes à execução de obras de ampliação, reabilitação e renovação de ativos horizontais e verticais da concessão.

Podem vir a ser consubstanciados compromissos incrementais para este tipo de trabalhos, ou outros, conforme previsto no Caso Base da Concessão, e por forma a garantir a eficiência operacional.

27. Contingências e Garantias

Passivos e Contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e decorrente da rescisão antecipada de um contrato com um dos seus fornecedores, a Indaqua Feira tem um processo intentado contra si, em setembro de 2018, no qual o mesmo fornecedor reclama o pagamento de valores relativos a serviços prestados, juros, e indemnizações por danos patrimoniais e não patrimoniais e por lucros cessantes. É convicção do Conselho de Administração da Indaqua Feira, com base no parecer dos seus assessores legais, que o montante de responsabilidades refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 nas rubricas "Provisões", "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar", corresponde à nossa melhor estimativa de gastos a incorrer no âmbito dos serviços prestados e término antecipado do contrato, e é suficiente para fazer face ao risco que possa advir para a Indaqua decorrente do desfecho do referido processo, não tendo sido constituídas provisões para as indemnizações solicitadas por ser entendimento que é reduzido o risco de estas virem a ter um desfecho desfavorável para a Empresa. No âmbito deste processo judicial, a Indaqua Feira fez um pedido reconvenicional, no qual pede indemnizações para reparações a efetuar e por danos patrimoniais, o qual não se encontra refletido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 em virtude de se tratar de um ativo contingente.

À data de 31 de dezembro de 2019 existem outros processos judiciais em curso intentados contra a Empresa para os quais não foram registadas quaisquer provisões, uma vez que é convicção do Conselho de Administração da Indaqua que do desfecho dos mesmos não resultarão responsabilidades para a Empresa.

Garantias

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias por conta da Empresa:

<u>Entidade beneficiária</u>	<u>Objecto</u>	<u>Valor</u>
Município de Santa Maria da Feira	Concessão	3 740 984
EP - Estradas de Portugal	Obras	20 000
Tribunal Comarca Sta. Maria da Feira	Processos de execução	123 222

28. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Indaqua Feira é participada pela Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. que detém 98,99 % do capital da Empresa, sendo as demonstrações financeiras da Empresa consolidadas nas daquela entidade.

28.1. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas: Empréstimos remunerados, débitos relativos à administração e outros custos da holding.

Outras Empresas do Grupo: Essencialmente serviços de gestão de sistemas de informação, assistência técnica, serviços de faturação, cobrança e subcontratação.

(b) Transações

Durante o exercício de 2019, a Indaqua Feira efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	dez/19				
	Outros rendimentos e ganhos	CMVMC	F SE/Custos com Pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento
Empresas do Grupo:					
Indaqua, S.A.			1 426 016		763 078
Indaqua Matosinhos, SA					
Indaqua Vila do Conde, SA					
Aqualevel, Lda			1 790 212		
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA		219		15	
Total	0	219	3 216 228	15	763 078
Outros Acionistas:					
Miya Water Portugal Holdings, Sa					
Miya Luxembourg Holding, SARL					
Miya Water Project Netherlands, BV					
Total	0	0	0	0	0

	dez/18				
	Outros rendimentos e ganhos	CMVMC	F SE/Custos com Pessoal	Outros gastos e perdas	Gastos financiamento
Empresas do Grupo:					
Indaqua, S.A.	6 000		1 568 647		426 375
Indaqua Matosinhos, SA					
Indaqua Vila do Conde, SA	10 203				
Aqualevel, Lda			1 665 970		71
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA	8 555	191		2	
Total	24 759	191	3 234 617	2	426 446
Outros Acionistas:					
Miya Water Portugal Holdings, Sa					5 198
Miya Luxembourg Holding, SARL					61
Miya Water Project Netherlands, BV					61
Total	0	0	0	0	5 320

Os fluxos entre partes relacionadas decorrem de transações comerciais e financeiras efetuadas a preços de mercado.

Um dos financiamentos obtidos do Grupo não tem prazo de reembolso definido, sendo entendimento do Conselho de Administração que não serão exigidos num prazo de 12 meses contados da data das demonstrações financeiras e vencem juros à taxa equivalente à Euribor para seis meses acrescida de um spread de 3%. Já o financiamento mais recente tem um reembolso semestral.

(c) Saldos

A 31 de dezembro de 2019, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	dez/19			
	Clientes e Outras Contas a Receber (nota 9)	Acionistas saldo devedor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 16)	Financiamentos (nota 15)
Empresas do Grupo:				
Indaqua, S.A.		1 237 621	231 520	69 471 237
Indaqua Santo Tirso, SA			861	
Aqualevel, Lda			277 819	
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA			16	
Indaqua Vila do Conde, SA				
Total	0	1 237 621	510 216	69 471 237
Outros Acionistas:				
Miya Water Portugal Holdings, Sa				
Miya Luxembourg Holding, SARL				
Miya Water Project Netherlands, BV				
Total	0	0	0	0

	dez/18			
	Clientes e Outras Contas a Receber (nota 9)	Acionistas saldo devedor (nota 10)	Fornecedores e O. Contas a Pagar (nota 16)	Financiamentos (nota 15)
Empresas do Grupo:				
Indaqua, S.A.		872 679	703 437	14 228 474
Indaqua Santo Tirso, SA				
Aqualevel, Lda			296 573	
Indaqua Oliveira de Azemeis, SA		34		
Indaqua Vila do Conde, SA				
Total	0	872 713	1 000 010	14 228 474
Outros Acionistas:				
Miya Water Portugal Holdings, Sa				
Miya Luxembourg Holding, SARL				
Miya Water Project Netherlands, BV				2 260
Total	0	0	0	2 260

Um dos financiamentos obtidos do Grupo não têm prazo de reembolso definido, sendo entendimento do Conselho de Administração que não serão exigidos num prazo de 12 meses contados da data das demonstrações financeiras e vencem juros à taxa equivalente à Euribor para seis meses acrescida de um spread de 3%. Já o financiamento mais recente tem um reembolso semestral.

29. Eventos subsequentes

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada COVID-19, que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta fortemente a economia portuguesa à data de reporte destas demonstrações financeiras.

Embora o desenvolvimento futuro da doença seja incerto, com a informação disponível à data, a previsão da empresa é que o impacto económico do COVID-19 sobre o resultado seja reduzido. Tal decorre do facto de parte significativa da receita da empresa ser estável na medida em que o consumo é historicamente muito resiliente à instabilidade económica, dado a tipologia de serviços prestados. A esta data, o Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de outros acontecimentos subsequentes a 31 de dezembro de 2019 que tenham impacto na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019

Santa Maria da Feira, 13 de março de 2020

O Técnico de Contas,



Cátia Sofia Nunes Moreira

O Conselho de Administração,



Jose Enrique Castiblanques Tena



Pedro Emanuel Reis Perdigão



Vítor Manuel Almeida Damas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 27 de março de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 89.279.594 euros e um total de capital próprio de 9.590.834 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.633.006 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 27 de março de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral, ROC